



MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

2301 - SECRETARIA DE SANEAMENTO

MENSAL - DEZEMBRO/2019

BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS

DATA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
	Banco 001 3234 00107836			4.884,74

	TOTAL: BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	0,00	0,00	4.884,74

	TOTAL GERAL:	0,00	0,00	4.884,74

55
55
205





Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARINIS
Acesse em: <https://recife.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: cdf2a3f5-8006-4c6f-a373-1760e475089f

Conciliação Bancária: 23-01

Mês Dezembro-2019

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Conta Nº: 40-1

1 - Saldo Bancário, conforme Extrato		132.398,20
2 - Valores creditados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
3 - Cheques não apresentados ao Banco	R\$	
Total		X
4 - Valores debitados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
5 - Depositados pela PCR e não Creditados pelo Banco	R\$	
Total		X
6 - Saldo Contábil 1 - 2 - 3 + 4 + 5		132.398,20

Recife, 15 de janeiro de 2020.

Theodoro Antonio
RESPONSÁVEL



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GovConta CAIXA:

Conta Referência:

Nome:

Período:

GOVCONTA CAIXA

5060001

0050/006/00000041

P RECIFE SEC SANEAMENTO OGU R M

de: 01/12/2019 até: 31/12/2019

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico
----------	----------	-----------

Valor (R\$)

Saldo (R\$)

00037 - Não foram realizadas transações no período consultado

31/12/2019

-

SALDO

IMPRIMIR **FECHAR**

Documento assinado digitalmente por: OSCAR PABLO VARETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://cfdp.caixa.gov.br/cfdp/validarDocs>
Código do documento: cdf2a315-8006-4c6f-a373-1760e475089f


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência CAIS DO APOLO, PE	Código 0050	Operação 0055	Emissão 06/01/2020
Fundo CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO	CNPJ do Fundo 00.834.074/0001-23	Início das Atividades do Fundo 02/10/1995	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2019	Cota em: 31/12/2019
0,0491	0,9805	0,9805	5,971724	5,974659

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	---	--

Cliente

Nome P RECIFE SEC SANEAMENTO OGU PROM	CPF/CNPJ 10.565.000/0001-92	Conta Corrente 006.00000040-1	Mês/Ano 12/2019	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	132.333,16C	22.159,959905
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	65,04C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	132.398,20C	22.159,959905
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

ced. Postal 6201
Forte 0102

Dados de Tributação
Rendimento Base
IRRF

0,00

0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 726 0101	Endereço para Correspondência: Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
 Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: cdf2a3f5-8006-4c6f-a373-1760e475089f



Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://efcfe.ice.pe.gov.br/efp/validaDoc.seam> Código do documento: cdf2a315-8006-4c6f-a373-1760e475089f

Conciliação Bancária: 23.01

Mês Dezembro 2019

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Conta Nº: 6965-0

1 - Saldo Bancário, conforme Extrato		11.900.993,02
2 - Valores creditados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
3 - Cheques não apresentados ao Banco	R\$	
Total		X
4 - Valores debitados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
5 - Depositados pela PCR e não Creditados pelo Banco	R\$	
Total		X
6 - Saldo Contábil 1 - 2 - 3 + 4 + 5		11.900.993,02

Recife, 15 de junho de 2020.

Thodorico Antonio
RESPONSÁVEL



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GovConta CAIXA:

Conta Referência:

Nome:

Período:

GOVCONTA CAIXA

5060001

0050/013/0000655-0

P RECIFE PAC BACIA B R M

de: 01/12/2019 até: 31/12/2019

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Taxa	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/12/2019	-	SALDO ANTERIOR			11.866.923,00C
05/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	11.866.923,00C
05/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	3.229,94C	11.870.153,00C
06/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	11.870.153,00C
06/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	9.858,74C	11.880.011,77C
24/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	11.880.011,77C
24/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	3.392,44C	11.883.404,22C
26/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	11.883.404,22C
26/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	6.484,20C	11.889.888,42C
27/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	11.889.888,42C
27/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	33,57C	11.889.921,99C
28/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	11.889.921,99C
28/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	11.071,05C	11.900.993,04C
31/12/2019	-	SALDO FINAL			11.900.993,04C

IMPRIMIR

FECHAR

cód. bacol 6204
Fonte 0802

34.069,94



Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://recife.ice.pe.gov.br/validaDoc.seam> Código do documento: cdf2a3f5-8006-4c6f-a373-1760e475089f

Conciliação Bancária: 23.01

Mês Dezembro 2019

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Conta Nº: 23.135-0

1 - Saldo Bancário, conforme Extrato		1.432.884,37
2 - Valores creditados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
3 - Cheques não apresentados ao Banco	R\$	
Total		X
4 - Valores debitados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
5 - Depositados pela PCR e não Creditados pelo Banco	R\$	
Total		X
6 - Saldo Contábil 1 - 2 - 3 + 4 + 5		1.432.884,37

Recife, 15 de Janeiro de 2020.

Theodor Antony
RESPONSÁVEL



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GovConta CAIXA:

Conta Referência:

Nome:

Período:

GOVCONTA CAIXA

5060001

0050/013/000231-0

P RECIFE VITTA

de: 01/12/2019 até: 31/12/2019

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Taxa	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/12/2019	-	SALDO ANTERIOR			1.424.692,00C
01/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	1.424.692,00C
01/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	4.090,29C	1.428.782,29C
31/12/2019	-	SALDO FINAL			1.432.882,29C

IMPRIMIR

FECHAR

4.102,03

Cód. Bocal 6201

Fonte 0102

Documento: 5060001-0050/013/000231-0
Assinado Digitalmente por: JOSCAR PAES, RRETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: https://caixa.gov.br/ppa/validar_documento
Código do documento: cdf2a315-8006-4c6f-a373-1760e475089f



Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://sccf.ce.ri.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: cdf2a315-8006-4c6f-a373-1760e475089f

Conciliação Bancária: 23.01

Mês Dezembro 2019

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Conta Nº: 24.338-2

1 - Saldo Bancário, conforme Extrato		276.966,01
2 - Valores creditados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
3 - Cheques não apresentados ao Banco	R\$	
Total		X
4 - Valores debitados pelo Banco e não Contabilizados	R\$	
Total		X
5 - Depositados pela PCR e não Creditados pelo Banco	R\$	
Total		X
6 - Saldo Contábil 1 - 2 - 3 + 4 + 5		276.966,01

Recife, 15 de Janeiro de 2020.

Thodorico Antony
RESPONSÁVEL



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GovConta CAIXA:

Conta Referência:

Nome:

Período:

GOVCONTA CAIXA

5060001

0050/013/00024382

P RECIFE MANGUEIRA TORRE

de: 01/12/2019 até: 31/12/2019

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Taxa	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/12/2019	-	SALDO ANTERIOR			276.173,11C
18/12/2019	000000	REM BASICA	0,00000000	0,00	276.173,11C
18/12/2019	000000	CRED JUROS	0,00287100	792,89C	276.966,00C
31/12/2019	-	SALDO FINAL			276.966,00C

IMPRIMIR

FECHAR

cód. Doc 6201
Fonte 0102

Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR F. A. S. RRETO NETO, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://gov.br/ppp/validarDoc> ou pelo código do documento: cdf2a315-8006-4c6f-a373-1760e475089f



23.01



PREFEITURA DO RECIFE
GERÊNCIA GERAL DE CONTABILIDADE
UG: 23.01- SECRETARIA DE SANEAMENTO
ITEM 14 DO ANEXO III DA RESOLUÇÃO TCE 067/2019

EXERCÍCIO: 2019

CONTA ÚNICA TESOURO

BANCO			Valores em Reais (R\$)
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO
001	3234-4	107.384-2	0,00

BANCO CONTA MOVIMENTO- DEMAIS CONTAS

BANCO			Valores em Reais (R\$)
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO
001	3234-4	7.458	33,92
001	3234-4	8.906	0,00
001	3234-4	10.623	1.544,58
001	3234-4	11.368	1.825,32
001	3234-4	107.836	4.884,74
001	3234-4	107.834	0,00
104	50	40	132.398,20
104	50	6.965	11.900.993,02
104	50	23.135	1.432.884,37
104	50	24.338	276.966,01
104	50	647.061	0,00
104	50	20	6.089,11
104	50	33	0,01
104	50	34	1.521,06
104	50	35	812.027,05
104	50	36	39.607,69
104	50	114	665.856,56
104	50	22.906	347.000,05
104	50	22.907	103.621,01
104	50	23.100	0,00



PREFEITURA DO RECIFE

Secretaria de Saneamento – SESAN

MAPA DEMONSTRATIVO DAS LICITAÇÕES

Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2019

Resolução TC nº. 67/2019 – ANEXO III – Item 15

MAPA DEMONSTRATIVO DE LICITAÇÕES - EXERCÍCIO 2019

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Processos Licitatórios. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Licitações, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Secretaria de Saneamento do Recife

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
5/2019	Dispensa - 1/2019	4611/2019		Serviço	Contratação de empresa(s) de engenharia para EXECUÇÃO DA OBRA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOS BANHEIROS PÚBLICOS DO JARDIM BAÓBA, LOCALIZADO NA RUA ANTÔNIO CELSO UCHÔA CAVALCANTI S/N, NO BAIRRO DAS GRAÇAS ? RECIFE-PE	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	E O DE LUNA EIRELI	27.554,01
4/2019	Tomada de Preços - 1/2019	4611/2019	Menor Preço	Serviço	contratação de empresa(s) de engenharia para IMPLANTAÇÃO DO GRADEAMENTO NOS ACESSOS DOS BLOCOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS BEIRA RIO E SANTO ANTONIO, NO BAIRRO DO ARRUDA, NANA VASCONCELOS E GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS NO BAIRRO DA LINHA DO TIRO E HENOQUE COUTINHO NO BAIRRO PORTO DA MADEIRA, NA CIDADE DO RECIFE/PE	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JAIRO BARBOSA SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP	268.041,47
3/2019	Concorrência - 3/2019	4611/2019	Menor Preço	Obras	contratação de empresa(s) de engenharia para EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE UMA PONTE NA AVENIDA MARGINAL DO RIO BEBERIBE E SOBRE O RIO MORNO, LIGANDO OS BAIRROS DE BEBERIBE E DOIS UNIDOS, NA CIDADE DO RECIFE/PE.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	FRF ENGENHARIA LTDA	3.294.773,17
2/2019	Concorrência - 2/2019	4611/2019		Obras		Não	Processo Instaurado / Processo Anulado		
1/2019	Concorrência - 1/2019	4611/2019		Obras		Não	Processo Instaurado / Processo Anulado		



Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
12/2018	Tomada de Preços - 4/2018	1396/2018	Menor Preço	Serviço	Contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário da Rua Jornalista Capelo Júnior, no Bairro de Água Fria, Recife-PE.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	Kaena Construções LTDA - EPP	842.621,72
11/2018	Tomada de Preços - 3/2018	1396/2018	Menor Preço	Serviço	Contratação de empresa(s) de engenharia para execução das obras de pavimentação e drenagem das Ruas Antônio Tolentino, Edmundo Lopes e Martin Afonso, ambas no bairro de Campo Grande, Recife-PE	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	Kaena Construções LTDA - EPP	612.591,15
10/2018	Concorrência - 8/2018	1396/2018	Menor Preço	Serviço	Contratação de empresa de engenharia para execução das obras e serviços de construção de muro de arrimo em gabião nas avenidas marginais dos rios Beberibe e Morno, nos bairros de Campina do Barreto, Beberibe e Dois Unidos, no Município de Recife/PE	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	FRF ENGENHARIA LTDA	4.661.352,06
8/2018	Concorrência - 6/2018	1396/2018	Técnica e Preço	Serviço	Contratação de empresa especializada em eventos, atividades e campanhas educativas na área socioambiental para execução do Projeto de Educação em Saúde e Mobilização de Saneamento, objetivando à qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar através de ações educativas que estimulem a revisão de práticas que despertem a consciência crítica e estimulem a corresponsabilidade na sustentabilidade ambiental.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Processo Anulado	Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda	992.608,67





PREFEITURA DO RECIFE

Secretaria de Saneamento – SESAN

MAPA DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS

Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2019

Resolução TC nº. 67/2019 – ANEXO III – Item 16

MAPA DE CONTRATOS - EXERCÍCIO 2019

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Contratos.

Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Contratos, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Secretaria de Saneamento do Recife

Contrato	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
230107/2019	ADM	012/2018		05.342.580/0001-19	UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ - UPA	16/05/2019 a 15/05/2020	2.099/Serviço	R\$ 9.468,24	Em Execução/Regular
230106/2019	ADM	0152/2018		03.325.436/0001-49	MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES	09/04/2019 a 08/04/2020	2.099/Serviço	R\$ 323.159,76	Em Execução/Regular
230105/2019	ADM	003/2018		00.604.122/0001-97	TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA	01/04/2019 a 31/03/2020	2.099/Serviço	R\$ 71.999,98	Em Execução/Regular
230104/2019	LIC	10/2018	1396/2018	07.693.988/0001-60	FRF ENGENHARIA LTDA	01/04/2019 a 30/06/2020	2.099/Serviço	R\$ 5.583.276,84	Em Execução/Regular
230103/2019	LIC	12/2018	1396/2018	02.297.922/0001-38	Kaena Construções LTDA - EPP	03/04/2019 a 01/02/2020	2.099/Serviço	R\$ 1.049.219,30	Em Execução/Regular
23010111/2019	LIC	11/2018	1396/2018	02.297.922/0001-38	Kaena Construções LTDA - EPP	11/11/2019 a 10/05/2020	2.099/Serviço	R\$ 612.591,15	Em Execução/Regular
23010110/2019	ADM	0264/2018		09.480.880/0001-15	BRASLUSO TURISMO LTDA - EPP	05/09/2019 a 04/09/2020	2.099/Serviço	R\$ 11.800,00	Em Execução/Regular
23010109/2019	LIC	6/2017	3288/2017	07.693.988/0001-60	FRF ENGENHARIA LTDA	13/08/2019 a 12/11/2020	3.094/Sistema de Esgotamento Sanitário	R\$ 4.663.155,60	Em Execução/Regular
23010108/2019	ADM	0109/2018		02.743.288/0001-10	LOCAMIL SERVIÇOS EIRELI	24/09/2019 a 23/09/2020	2.032/Locação de Veículos	R\$ 15.573,00	Em Execução/Regular
230101/2019	ADM	152/2018		05.678.722/0001-13	PREMIUS SERVIÇOS EIRELI EPP	08/01/2019 a 07/07/2019	2.099/Serviço	R\$ 71.557,74	Em Execução/Regular
230118/2018	ADM	003/2018		07.091.063/0001-40	SUORTE DE ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL LTDA	18/12/2018 a 17/12/2020	2.099/Serviço	R\$ 34.200,00	Em Execução/Regular
230117/2018	LIC	9/2018	581/2018	07.147.056/0001-12	SANEAPE SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI-EPP	01/02/2019 a 31/01/2021	3.121/Limpeza de Canais e Galerias	R\$ 2.449.999,98	Em Execução/Regular
230115/2018	ADM	012/2018		11.320.576/0001-52	SUPER ESTÁGIOS LTDA - EPP	01/11/2018 a 31/10/2020	2.099/Serviço	R\$ 26.579,96	Em Execução/Regular
230114/2018	LIC	8/2018	581/2018	18.741.266/0001-50	BULB PRODUTORA LTDA ME	02/01/2019 a 01/01/2020	2.026/Serviços de Áudio, Vídeo e Foto Por Pessoa Jurídica	R\$ 22.000,00	Em Execução/Regular
230111/2018	LIC	5/2018	581/2018	12.224.894/0001-82	GRAFICA E EDITORA CANÃA LTDA	20/08/2018 a 19/08/2019	2.040/Serviços Gráficos e Editoriais	R\$ 146.990,00	Em Execução/Regular
230110/2018	LIC	6/2018	1396/2018	00.545.355/0001-66	OTL OBRAS TÉCNICAS LTDA	20/12/2018 a 19/10/2019	3.099/Obras	R\$ 3.988.675,93	Em Execução

Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO
 Acesse em: <https://eicv.ice.pe.gov.br/validaDoc.seam?codigo=3549dc9c-2aa2-4f1f-9c8a-e07621d90f93>



Contrato	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
230109/2018	LIC	5/2018	1396/2018	02.297.922/0001-38	Kaena Construções LTDA - EPP	26/07/2018 a 08/02/2019	3.099/Obras	R\$ 485.456,58	Em Execução/Regular
230108/2018	LIC	2/2018	581/2018	10.965.978/0001-41	A.S.R. COMERCIO E PRESTADORA DE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA ME	26/06/2018 a 25/06/2019	3.105/Usina de Energia Solar	R\$ 439.000,00	Em Execução/Regular
230107/2018	LIC	1/2018	1396/2018	35.467.604/0001-27	ATP Engenharia Ltda	05/07/2018 a 04/07/2019	3.099/Obras	R\$ 1.411.708,62	Em Execução/Regular
230106/2018	LIC	5/2017	3539/2017	11.380.698/0001-34	Engeconsult Consultores Técnicos LTDA	01/06/2018 a 31/05/2021	2.099/Serviço	R\$ 2.883.630,65	Em Execução/Regular
230105/2018	LIC	2/2018	1396/2018	03.951.168/0001-70	NE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS LTDA	23/05/2018 a 16/01/2020	3.099/Obras	R\$ 2.921.186,62	Em Execução/Regular
230104/2018	LIC	1/2018	3539/2017	00.749.205/0001-74	CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA	03/05/2018 a 02/03/2020	3.099/Obras	R\$ 6.758.226,19	Em Execução/Regular
230102/2018	LIC	4/2017	3539/2017	11.380.698/0001-34	Engeconsult Consultores Técnicos LTDA	20/03/2018 a 19/04/2020	2.099/Serviço	R\$ 5.369.462,11	Em Execução/Regular
2301016/2018	ADM	006/2018		07.812.107/0001-83	LOCSERV - LOCADORA DE VEICULOS LTDA	01/12/2018 a 30/11/2019	2.032/Locação de Veículos	R\$ 16.800,00	Em Execução/Regular
2301013/2018	ADM	009/2017		06.179.795/0001-23	BETANIA MARIA MELO DA SILVA	01/08/2018 a 31/07/2020	2.007/Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	R\$ 29.030,00	Em Execução/Regular
2301012/2018	ADM	016/2018		02.363.274/0001-70	RL SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA ME	01/09/2018 a 31/08/2020	2.014/Serviços de Limpeza e Conservação	R\$ 139.218,72	Em Execução/Regular
230116/2017	LIC	2/2017	3539/2017	70.073.275/0001-30	Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda	18/12/2017 a 17/12/2020	2.099/Serviço	R\$ 972.764,80	Em Execução/Regular
230114/2017	LIC	1/2017	3539/2017	08.250.097/0001-00	KMG CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA	13/12/2017 a 12/02/2020	3.099/Obras	R\$ 51.565.850,89	Fim de Vigência/Rescindido por Ato Unilateral da Administração
230113/2017	ADM	006/2017		12.776.852/0001-54	Walvick Ltda. - EPP	07/11/2017 a 06/11/2020	2.040/Serviços Gráficos e Editoriais	R\$ 16.681,96	Em Execução/Regular
230111/2017	LIC	3/2017	3288/2017	02.871.166/0001-09	AJ S - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	01/12/2017 a 31/05/2020	2.040/Serviços Gráficos e Editoriais	R\$ 400.750,50	Em Execução/Regular
230109/2017	ADM	007/2016		35.636.034/0001-51	DISTAK Agencia de Turismo Ltda-EPP	22/08/2017 a 21/08/2019	2.062/Passagens e Despesas Com Locomoção	R\$ 11.800,00	Em Execução/Regular
230108/2017	ADM	014/2016		06.997.469/0001-23	LOCARALPI ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA - EPP	01/08/2017 a 31/07/2020	2.032/Locação de Veículos	R\$ 30.264,00	Em Execução/Regular
230107/2017	ADM	014/2016		06.997.469/0001-23	LOCARALPI ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA - EPP	01/06/2017 a 31/05/2020	2.032/Locação de Veículos	R\$ 30.264,30	Em Execução/Regular
230106/2017	LIC	1/2015	2164/2015	11.380.698/0001-34	Engeconsult Consultores Técnicos LTDA	29/08/2017 a 28/10/2020	3.117/Consultoria	R\$ 13.714.241,42	Em Execução/Regular
230104/2017	LIC	3/2016	2164/2015	13.031.257/0001-52	CONSTRUTORA CELI LTDA	12/05/2017 a 28/07/2019	2.099/Serviço	R\$ 6.579.720,48	Em Execução/Regular
230103/2017	LIC	2/2015	2164/2015	00.749.205/0001-74	CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA	03/04/2017 a 01/03/2020	3.099/Obras	R\$ 22.514.858,78	Em Execução/Regular
230102/2017	LIC	2/2015	2164/2015	00.749.205/0001-74	CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA	03/04/2017 a 01/03/2020	3.099/Obras	R\$ 34.072.627,18	Em Execução/Regular
230101/2017	ADM	029/2016		00.604.122/0001-97	Trivale Administração Ltda	01/04/2017 a 31/03/2019	2.070/Fornecimento de Ticket's, Cartões ou Afins Para Aquisição de Combustíveis	R\$ 60.000,02	Em Execução/Regular
180/2016	LIC	2/2015	2164/2015	00.749.205/0001-74	CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA	03/10/2016 a 3.099/Obras	R\$ 23.979.598,91	Em Execução/Regular	



Contrato	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
						09/02/2020			
148/2016	ADM	013/2016		40.938.508/0001-50	MAQ-LAREM MÁQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	03/08/2016 a 02/08/2020	2.054/Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	R\$ 17.192,64	Em Execução/Regular
004/2016	ADM	005/2015		00.329.696/0001-02	Locadora de Veiculos Caxangá Ltda.	03/05/2016 a 02/11/2019	2.032/Locação de Veículos	R\$ 14.835,60	Em Execução/Regular
002/2016	ADM	011/2015		09.281.162/0001-10	TOPSERVICE TERCEIRIZACAO EIRELI - TOPSERVICE	08/01/2016 a 07/01/2019	2.099/Serviço	R\$ 155.665,44	Em Execução/Regular
010/2015	LIC	5/2015	11/2015	02.919.415/0001-99	TORQUE CONSTRUÇÕES LTDA	01/07/2015 a 30/06/2020	2.001/Locação de Imóveis	R\$ 2.693.436,65	Em Execução/Regular
009/2015	ADM	001/2014		03.423.730/0001-93	SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP	01/07/2015 a 30/06/2020	9.999/Serviços de Informática	R\$ 26.800,00	Em Execução/Regular
001/2015	ADM	024/2014		11.000.361/0001-54	IEL-INSTITUTO EUVALDO LODI-NÚCLEO REGIONAL DE PERNAMBUCO.	02/01/2015 a 01/01/2019	2.049/Serviços de Aperfeiçoamento, Capacitação e Treinamento de Pessoal	R\$ 35.091,12	Fim de Vigência/Rescindido por Acordo Entre as Partes
015/2014	LIC	3/2014	10/2014	02.662.464/0001-99	LUCENA TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP	15/09/2014 a 14/09/2019	2.060/Serviços Tecnicos Especializados - Perícia e Avaliação	R\$ 1.828.043,06	Em Execução/Regular
001/2014	LIC	8/2013	640/2013	07.147.056/0001-12	SANEAPE SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI EPP	31/01/2014 a 30/01/2019	3.094/Sistema de Esgotamento Sanitário	R\$ 2.300.145,58	Em Execução/Regular
004/2012	LIC	2/2012	9/2011	296.223.284-15	Valdemar Francisco da Silva	01/02/2012 a 29/02/2020	2.001/Locação de Imóveis	R\$ 12.886,68	Em Execução/Regular
23010157/2009	ADM	23010157/2009		11.386.434/0001-98	CONSÓRCIO SANEAMENTO BEBERIBE	10/11/2009 a 30/09/2019	3.099/Obras	R\$ 111.333.096,34	Em Execução/Regular





PREFEITURA DO RECIFE

Secretaria de Saneamento – SESAN

CÓPIAS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS REALIZADAS PELA SECRETARIA E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES ADERIDAS PELA SECRETARIA, DAS QUAIS RESULTARAM EM DESPESAS NO EXERCÍCIO.

Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2019

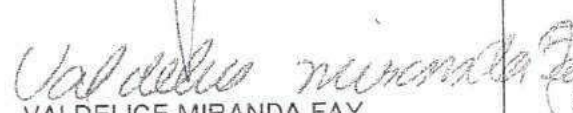
Resolução TC nº. 67/2019 – ANEXO III – Item 17



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2018

Aos onze (11) dias do mês de julho (07) do ano dois mil e dezoito (2018), a **AUTARQUIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE – CTTU** registrou nesta Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº 013/2018, que ensejou o **Pregão Eletrônico nº 005/2018 - BB 722129**, Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a contratação de empresa para **prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação e carregador com dedicação de mão de obra exclusiva, nos quantitativos de postos abaixo relacionados**. As especificações técnicas constantes no processo licitatório, acima mencionado, assim como todas as obrigações e condições descritas no Edital, Termo de Referência e nas Propostas de Preços, integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição. A validade desta é de 12 (doze) meses, a contar do dia 11 de julho 2018.

EMPRESA: RL SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA - ME						
CNPJ: 02.363.274/0001-70						
END: RUA PROFESSORA ANTÔNIA RIBEIRO CAMPOS, 44, PONTO DE PARADA, RECIFE-PE, CEP: 52.041-460						
REPRESENTANTE LEGAL: VALDELICE MIRANDA FAY						
FONE/FAX: (81) 3241-5282 / E-MAIL: rlservicosmaodeobra@gmail.com						
LOTE 1	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CADUS	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT. MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.1	SERVENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. Jornada: 44h/Semanais	426	10	R\$ 2.900,39	R\$ 29.003,90	R\$ 348.046,80
1.2	CARREGADOR Jornada: 44h/Semanais	535	05	R\$ 2.531,22	R\$ 12.656,10	R\$ 151.873,20
VALOR TOTAL MENSAL - R\$ 41.660,00 (QUARENTA E UM MIL, SEISCENTOS E SESSENTA REAIS)						
VALOR TOTAL ANUAL – R\$ 499.920,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS).						

AUTARQUIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE - CTTU	 TACIANA MARIA FERREIRA Diretora Presidente
EMPRESA	 VALDELICE MIRANDA FAY Representante Legal
RL SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA - ME	

Valdelice Miranda
Sócia - Administradora

Mariana Repa
Chefe de Divisão
OAB/PE 40.274
Mat. 10.877.5
mrlh



participantes do processo seletivo referente ao segundo semestre de 2018, conforme disposto na Lei nº 18.113, de 12 de Janeiro de 2015 e regulamentação em vigor.



EMPREL
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2014
1ª ALTERAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

SMART TELECOMUNICAÇÕES
E SERVIÇOS EIRELLI - EPP



RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014

Aos 27 dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, na **EMPREL** - Empresa Municipal de Informática, situada à Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões, Recife - PE, reuniram-se o Presidente, Sr. **EUGÊNIO JOSÉ BATISTA ANTUNES**, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.151.904-63, portador da Cédula de Identidade nº 2.563.914-SDS-PE e o Diretor de Infraestrutura de Informática, Sr. **ROGÉRIO AGUIAR COELHO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, Analista de Informática, inscrito no CPF/MF sob o nº 397.739.064-34, portador da Cédula de Identidade nº 2.001.537 - SDS/PE e a Empresa **SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI-EPP**, com sede à Rua Paissandú, nº 567, sala 601, bairro de Paissandú, Recife/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 03.423.730.0001-93, neste ato representada pelo Sr. **RICARDO LEITE BEZERRA**, brasileiro, casado, Engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 547.288.274-53, portador da Cédula de Identidade nº 2.707.375-SSP/PE, residente do domicílio à Rua Antônio Vicente, nº 431, apto 101, Boa Viagem, Recife/PE, para proceder, nos termos da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e Decretos Municipais nºs 19.789/2003 e 27.070/2013 e do Edital do **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2014 - EMPREL**, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Comunicação de dados/voz/imagem, de forma contínua à Empresa Municipal de Informática - EMPREL, Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, Secretaria Executiva de Defesa Civil e Secretaria de Saúde, de acordo com as condições, especificações e quantitativos descritos no **Anexo II - Termo de Referência do Edital**, pelo período de até 12 (doze) meses. Abaixo descritos os valores homologados em nome da empresa acima citada, com respectivos preços:

LOTE 1

CAPACIDADE	25Mbps	39Mbps	35Mbps	40Mbps	45Mbps	50Mbps
VALOR MENSAL DO SERVIÇO (INFRAESTRUTURA INDOOR E OUTDOOR)	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.750,00	R\$ 3.000,00	R\$ 4.000,00
QUANTIDADE	5	10	5	10	5	15
A- VALOR TOTAL (ANUAL)	R\$ 120.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 330.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 720.000,00
CAPACIDADE	10Mbps	12Mbps	14Mbps	16Mbps	18Mbps	20Mbps
VALOR MENSAL DO SERVIÇO (INFRAESTRUTURA INDOOR)	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00

EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
Rua 21 de abril, 3370, Torrões, Recife - PE.
Tel.(0**81) 3355.7000 - Fax: (0**81) 3355.7104
CEP: 50.761-350



GGIIC

Prefeitura
do Recife

Fl. N° 02

Emprel**RECIFE**
PREFEITURA DA CIDADE

Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO
 Acesse em: <https://cfe.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: aa3730b6-ca0d-4f95-9e8f-80624ab20320

E OUTDOOR)						
QUANTIDADE	20	5	5	5	5	20
B-VALOR TOTAL (ANUAL)	R\$ 240.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 78.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 480.000,00
C-VALOR TOTAL (A+B)	R\$ 360.000,00	R\$ 312.000,00	R\$ 228.000,00	R\$ 420.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 1.200.000,00
CAPACIDADE	25Mbps	30Mbps	35Mbps	40Mbps	45Mbps	50Mbps
PREÇO DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA OUTDOOR)	R\$ 2.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0
QUANTIDADE	1	1	0	0	0	0
D - VALOR TOTAL DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA OUTDOOR)	R\$ 2.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREÇO DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA INDOOR)	R\$ 1.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00
QUANTIDADE	4	9	5	10	5	15
E - VALOR TOTAL DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA INDOOR)	R\$ 7.200,00	R\$ 25.200,00	R\$ 14.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 42.000,00
CAPACIDADE	10Mbps	12Mbps	14Mbps	16Mbps	18Mbps	20Mbps
PREÇO DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA OUTDOOR)	R\$ 2.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 3.000,00
QUANTIDADE	2	1	1	1	1	2
F - VALOR TOTAL DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA OUTDOOR)	R\$ 4.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00
PREÇO DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA INDOOR)	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00
QUANTIDADE	18	4	4	4	4	18
G - VALOR TOTAL DE INSTALAÇÃO (INFRAESTRUT URA INDOOR)	R\$ 50.400,00	R\$ 11.200,00	R\$ 11.200,00	R\$ 11.200,00	R\$ 11.200,00	R\$ 50.400,00
H - VALOR TOTAL DE INSTALAÇÃO (D+E+F+G)	R\$ 63.600,00	R\$ 42.400,00	R\$ 27.200,00	R\$ 41.200,00	R\$ 27.200,00	R\$ 98.400,00

Valor Total (Global) da Proposta: R\$ 3.090.000,00 (Três milhões e noventa mil reais)

EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
 Rua 21 de abril, 3370, Torreões, Recife - PE.
 Tel. (0**81) 3355 7000 - Fax: (0**81) 3355.7104
 CEP: 50.761-350





RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

Fica declarado que os preços constantes da presente Ata, portanto registrados, são válidos pelo prazo de até **12 (doze) meses**, de comum acordo entre as partes, contados da data de assinatura deste Instrumento.

As obrigações da **Empresa Registrada** e da **EMPREL**, condições gerais, assim como as penalidades encontram-se no Edital de Embasamento do **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2014**.

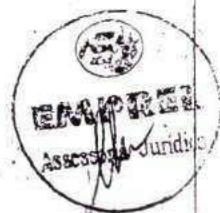
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.


EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
Eugênio José Batista Antunes
Presidente


EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
Rogério Aguiar Coelho Teixeira
Diretor de Infraestrutura de Informática


SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI-EPP
Ricardo Leite Bezerra
Representante Legal

EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
Rua 21 de abril, 3370, Torrões, Recife - PE.
Tel: (0**81) 3355.7000 - Fax: (0**81) 3355.7104
CEP: 50.761-350





29/Mai/2014 :: Edição 59 ::

Cadernos do Poder Executivo

■ **Secretaria de Finanças**
Roberto Chaves Pandolfi

EMPREL - Empresa Municipal de Informática
Extrato de Ata de Registro de Preços.

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 02/2014 - disponível no site: www.recife.pe.gov.br

Objeto: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de comunicação de dados/voz/imagem, de forma contínua à EMPREL - Empresa Municipal de Informática, Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, Secretaria Executiva de Defesa Civil e Secretaria de Saúde, de acordo com as condições, especificações e quantitativos descritos no Lote 1 do Anexo II do Termo de Referência do Edital.

Fornecedor: SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI - EPP

Vigência: Pelo período de até 12 (doze) meses.

Modalidade de Licitação: 1ª Alteração do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2014 - Processo Licitatório nº 001/2014.

EMPREL - Empresa Municipal de Informática

Extrato de Ata de Registro de Preços.

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 003/2014 - disponível no site: www.recife.pe.gov.br

Objeto: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de comunicação de dados/voz/imagem, de forma contínua à EMPREL - Empresa Municipal de Informática, Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, Secretaria Executiva de Defesa Civil e Secretaria de Saúde, de acordo com as condições, especificações e quantitativos descritos no Lote 2 do Anexo II do Termo de Referência do Edital.

Fornecedor: B2 TELECOMUNICAÇÃO LTDA.

Vigência: Pelo período de até 12 (doze) meses.

Modalidade de Licitação: 1ª Alteração do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2014 - Processo Licitatório nº 001/2014.



IMPRIMIR



ENVIAR POR EMAIL





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA Nº 014.2016.SAD

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, com sede na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 194, Bairro de Brasília Teimosa, CEP nº 51.010-000, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 10.572.022/0001-80, neste ato representada pelo Gerente Geral de Compras Contratos do Estado o Senhor **WAGNER BENIGNO GONÇALVES RIBEIRO LYRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade do Recife/PE, CPF nº 040.389.784-00, devidamente autorizado pelo Exm. Senhor Governador do Estado de Pernambuco, nomeado pelo Ato nº 2.648, de 06/02/2015, publicado no DOE em 07/02/2015, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico referenciado, resolve registrar os preços ofertados pelas empresas vencedoras do certame: **AKY SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 07.213.360/0001-10, com sede na Rua Rio Oceânico, nº 422, Sala 01, Imbiribeira, Recife, Pernambuco, CEP nº 51.200-050, aqui representada por **ALINE MIRANDA DA SILVA**, brasileira, solteira, empresária, RG nº 6.813.767 SDS/PE, CPF nº 049.874.444-25, inscrita no CNPJ sob o nº 10.965.693/0001-00, com sede na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 04, Mogi das Cruzes, São Paulo, CEP nº 08.745-900, aqui representada por **WILLIAM OCHIULINI LAVIOLA**, brasileiro, casado, RG nº 13.190.111 SSP/SP, CPF nº 073.900.288-07. **LOCARALPI ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 06.997.469/0001-23, com sede na Estrada da Batalha, nº 2.130, Jardim Jordão, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, CEP nº 54.315-010, aqui representada por **LÚCIA DOURADO MARTINS PIMENTEL**, brasileira, casada, advogada, RG nº 1.641.920 SSP/PE, CPF nº 624.376.904-68. Declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da Ata, consoante às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

- 1.1. Esta Ata de Registro de Preços Corporativas tem como objeto a locação anual de veículos administrativos, classificação VR-2 e VR-3, com vistas a atender às necessidades do Poder Executivo Estadual, conforme especificações técnicas nela constantes.
- 1.2. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços Corporativa com o objeto em epígrafe encontra fundamento no artigo 24 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, uma vez que, com a publicação desse diploma normativo mencionado, documentos licitatórios dessa natureza passaram a integrar o rol de produtos entregues pela Secretaria de Administração.
- 1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

2. DO PREÇO E DA REVISÃO

- 2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) item(ns) de acordo com os seguintes preços:

ITEM 01					
ALY SERVIÇOS EIRELI - CNPJ/MF nº 07.213.360/0001-10					
e-Fisco	Descrição	Quantidade	Preço Unitário Mensal	Preço Unitário Anual	Valor Total Anual

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco, CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 - www.sad.pe.gov.br

Via Conferida
Enviada
PGE-PE



		(A)	(B)	(C) = (B) x 12	(D) = (A) x (C)
315692-3	Veículo, tipo SEDAN, cor preta, quatro portas laterais, capacidade para cinco pessoas, direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, entre-eixos mínimo de 2.600 mm, potência mínima de 130 CV, bicombustível (gasolina/etanol), rádio AM/FM com CD/MP3 player.	30	R\$2.166,00	R\$25.992,00	R\$779.760,00

LOTE 02 CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - ID 565.639/0001-00					
e-Fisco	Descrição	Quantidade	Preço Unitário Mensal	Preço Unitário Anual	Valor Total Anual
		(A)	(B)	(C) = (B) x 12	(D) = (A) x (C)
392081-0	Veículo, tipo SEDAN, cor preta, quatro portas laterais, capacidade para cinco pessoas, direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, potência mínima de 85 CV, bicombustível (gasolina/etanol), rádio AM/FM com CD/MP3 player.	54	R\$1.304,93	R\$15.659,16	R\$845.594,64

LOTE 03 LOCARALPI ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA - ID 597.469/0001-23					
e-Fisco	Descrição	Quantidade	Preço Unitário Mensal	Preço Unitário Anual	Valor Total Anual
		(A)	(B)	(C) = (B) x 12	(D) = (A) x (C)
392081-0	Veículo, tipo SEDAN, cor preta, quatro portas laterais, capacidade para cinco pessoas, direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, potência mínima de 85 CV, bicombustível (gasolina/etanol), rádio AM/FM com CD/MP3 player.	54	R\$1.297,00	R\$15.564,00	R\$840.456,00

VALOR GLOBAL	R\$2.465.810,64
--------------	-----------------

- 2.2. O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo ou seja, abrange todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o produto;
- 2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado no Pregão Eletrônico nº 139.2016.SAD, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;
- 2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

Via Conferida
Em
PGE-PE

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.

CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 - www.sad.pe.gov.br



- 2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:
- 2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - 2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Diante da nova sistemática adotada pelo Decreto Estadual nº 42.530/2015, não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;
- 2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual Contratante;
- 2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, cabendo, no máximo, repasse do percentual determinado, no Decreto Estadual nº 42.530/2015;
- 2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme prevê o inciso II do artigo 1º da Lei Estadual nº 12.525/2003.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. São participantes deste registro de preços todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 1º do Decreto Estadual nº 42.530/2015;
- 3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade na prestação dos serviços, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Estadual nº 42.530/2015;

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.

CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.

Via Conferida
Emprego
PGE-PE



- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

5. DA CONVOCAÇÃO PARA AS ASSINATURAS DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇO

- 5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato, nos termos das contratações levadas a efeito;
- 5.2. A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, conforme o disposto no artigo 20, inciso II, do Decreto nº 42.530/2015, em consonância com o disposto neste edital e minuta de contrato anexa;
- 5.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no CADFOR e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;
- 5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período.



Secretaria de Administração.
Gerência de Compras Corporativas.
Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.



- 6.2. Os contratos oriundos de adesão terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 6.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos neste registro de preços, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 6.4. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do registro de preços ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, observados os artigos 11 e 12 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

7. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER ENTREGUE

- 7.1. Os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato, e deverão observar as seguintes características:
- 7.1.1. Os veículos a serem entregues deverão ser zero quilômetro;
- 7.1.2. O ano de fabricação dos veículos entregues deverá ser no mínimo igual ao ano anterior à entrega;
- 7.1.3. O veículo deverá ser na cor **preta**;

8. DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. Os veículos locados deverão ser apresentados com as seguintes características, cujos valores já deverão estar inclusos no preço do montante ofertado na proposta pelo licitante:
- 8.1.1. Quilometragem livre;
- 8.1.2. Sem motorista;
- 8.1.3. Sem combustível, com exceção do momento da entrega, quando deverão ter seu tanque de combustível na capacidade máxima;
- 8.1.4. Emplacados e licenciados no Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN/PE;
- 8.1.5. Com equipamentos obrigatórios, segundo o Código de Trânsito Brasileiro;
- 8.1.6. Em todas as ocorrências, avarias, acidentes, furto, roubo ou incêndio, os veículos e viaturas deverão ser substituídos por outro do mesmo nível contratado, sem custo adicional para a Contratante, de acordo com os prazos e quantitativos estabelecidos neste documento.

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.

Via Conferida
Engenheiro
PGE-PE



8.2. O transporte e a entrega dos veículos objeto deste registro de preços são de responsabilidade da Contratada, e deverão estar em consonância com os quantitativos e o endereço do Contratante, a ser informado à Contratada, por ocasião da assinatura do contrato;

8.2.1. Todas as entregas serão efetuadas na Região Metropolitana do Recife;

8.3. Em todas as ocorrências, avarias, acidentes, furto, roubo ou incêndio, independentemente de quem tiver dado causa, os veículos deverão ser substituídos por outro do mesmo nível contratado, sem custo adicional para o Contratante, de acordo com os prazos e quantitativos estabelecidos neste documento, não isentando a responsabilidade objetiva do Estado em reparar o dano caso haja a comprovação da culpa ou dolo do agente público, mediante processo administrativo;

8.4. O Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e condições neste documento, no Edital e/ou no Contrato.

9. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

9.1. O atendimento nos casos de manutenção preventiva e corretiva, avarias, roubos, furtos, incêndios, bem como troca de veículos, deverão ser atendidos no prazo máximo de 12 (doze) horas, após a solicitação por parte do Contratante, na Região Metropolitana do Recife e de 24 (vinte e quatro) horas nos demais municípios do Estado;

9.2. Os veículos substituídos por motivo de manutenção corretiva, preventiva ou para realização de reparos ou correção de avarias deverão ser postos novamente em circulação no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de sua impossibilidade de circulação e comunicação à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento);

9.3. Em complemento ao item anterior, atingido o limite de 5% (cinco por cento), caso outros veículos e viaturas precisem ser substituídos por motivo manutenção corretiva, preventiva ou para realização de reparos ou correção de avarias, esses deverão ser postos novamente em circulação no prazo máximo de 15 (quinze) dias. O não cumprimento desse item caracteriza a não prestação do serviço, consequente desobrigação do Contratante ao pagamento pelo serviço que deixou de ser prestado;

9.4. Nenhuma prestação pecuniária ou qualquer outra forma de pagamento será fornecida à Contratada durante o período em que, apesar de solicitados, os veículos ainda não forem entregues ao Contratante.

10. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo Contratante, e também pela Secretaria de Administração, devendo a Contratada fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

10.2. A cada entrega ou substituição, o veículo deverá sofrer vistoria prévia, realizada por profissional capacitado indicado pelo Contratante, que verificará o inteiro atendimento das especificações constantes no ANEXO A;





- 10.3. Caso aprovado pelo vistoriador, será assinado o Termo de Recebimento de Veículo, condicionante para geração da cobrança contratual;
- 10.4. As reprovações de veículos na vistoria devem ser claramente justificadas, reservado ao fornecedor o direito de resposta;
- 10.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias;
- 10.6. A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, durante o período de vigência da Ata, para representá-la sempre que for necessário;
- 10.7. O Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou representante da empresa Contratada que venha causar embaraço à fiscalização do contrato, ou em razão de procedimentos ou atitudes incompatíveis com o exercício de suas funções;
- 10.8. O Contratante comunicará por escrito à Contratada as irregularidades encontradas na execução dos serviços, definindo as providências e os prazos para a realização das correções consideradas pertinentes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 11.1. À Secretaria de Administração, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:

- 11.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;
- 11.1.2. Providenciar a publicação inicial e trimestral do extrato da Ata de Registro de Preços;
- 11.1.3. Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;
- 11.1.4. Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
- 11.1.5. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preço;
- 11.1.6. Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preço.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES

- 12.1. O órgão ou entidade Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, obrigando-se, ainda, a:
 - 12.1.1. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, devendo comunicá-las, por escrito, à Contratada para correção das irregularidades apontadas;

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.

Via Conferida
Eman
PGE-PE



- 12.1.2. Responsabilizar-se pelas eventuais multas sofridas em consequência do objeto locado, decorrentes de infrações de trânsito, durante o período de contratação se comprovada a culpabilidade do condutor, mediante apuração realizada por órgãos oficiais, e desde que a Contratada encaminhe a notificação de infração e/ou a notificação de imposição de penalidade à Contratante no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 12.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação ao órgão de trânsito competente da identificação do condutor infrator, conforme disposto no Código de Trânsito Brasileiro;
- 12.1.4. Responsabilizar-se, mediante ressarcimento, pelos danos aos veículos objetos do contrato, quando devidamente comprovado em processo administrativo, o dolo ou culpa dos agentes públicos no fato causador dos prejuízos;
 - 12.1.4.1. Ainda que o dano tenha sido decorrente de fato cuja culpabilidade do agente público seja devidamente comprovada, a Contratada deverá cumprir fielmente os prazos de substituição dos veículos constantes do item 13.1.8 deste documento;
 - 12.1.4.2. O agente público responsável pelos danos ressarcirá os prejuízos ao erário mediante a devida ação regressiva.
- 12.1.5. Em caso de acidente, acionar o órgão de trânsito competente (municipal, estadual ou federal) e providenciar o registro em Boletim de Ocorrência; e, caso haja vítima, acionar a Perícia do Instituto de Criminalística (IC) para elaboração de laudo;
- 12.1.6. Encaminhar à Contratada a documentação do item anterior, juntamente com a cópia da Carteira Nacional de Habilitação do condutor envolvido;
- 12.1.7. Designar gestor do contrato que será o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços e principal contato com a Contratada.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

- 13.1. A Contratada, além da disponibilização dos veículos necessários para a perfeita execução dos serviços descritos neste Termo de Referência e da observância das obrigações previstas em lei e nas normas aplicáveis, obriga-se, ainda, a:
 - 13.1.1. Realizar a manutenção preventiva e corretiva seja ela de qual origem for;
 - 13.1.2. Responsabilizar-se pelos serviços de remoção e despesas de guinchos, bem como outras despesas relativas aos veículos e viaturas sinistradas;
 - 13.1.3. Manter em suas dependências veículos e viaturas suficientes, para uso numa substituição imediata, com veículos e viaturas do mesmo nível contratado, visto que quando qualquer problema vier a ocorrer, o veículo deverá ser trocado, respeitando o limite de pelo menos 5% (cinco por cento) da quantidade locada;

Via Conferida
Em anexo
PGE-PE

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.

CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.



- 13.1.4. Arcar com pequenos reparos, tais como: troca de lâmpadas, troca de faróis e/ou vidros e/ou espelhos quebrados, substituição de correia do alternador, complemento do nível de óleo do motor, direção e freios, reparos em pneus e/ou outros de curta duração ou aqueles que representem as mesmas proporções destes exemplos serão executados em concessionária do fabricante do veículo/viatura e/ou oficinas próprias da Contratada, com o objetivo de mantê-los em perfeito estado de funcionamento;
- 13.1.5. Cumprir com as datas das revisões de garantia e manutenção preventiva e corretiva, principalmente nos aspectos de controle e prazos previstos, inclusive *recall* dos fabricantes. Quando em manutenção e de acordo com agendamento da Contratada o veículo deve ser substituído por carro reserva, com as mesmas características, e em caso de impossibilidade deverá ser descontado o valor da diária do veículo no faturamento mensal;
- 13.1.6. Os veículos reservas, entregues em substituição aos veículos em manutenção, deverão ter sempre idade inferior a dois anos de fabricação, durante o período em que for utilizado pelo Contratante;
- 13.1.7. Não usar pneus recauchutados ou recondicionados;
- 13.1.8. Substituir os veículos, a cada 02 (dois) anos, por unidades "zero quilômetros" com as mesmas características, caso haja prorrogação do contrato;
- 13.1.8.1. Os dois anos devem ser contados da data do recebimento do veículo.
- 13.1.9. Entregar todos os veículos com os documentos, chaves e equipamentos de segurança ao responsável pela gestão do contrato;
- 13.1.10. Assumir a responsabilidade pelo pagamento em dia de todos os tributos, impostos, contribuições, taxas, seguros e outros, bem como encargos trabalhistas e previdenciários que decorram direta ou indiretamente da prestação dos serviços a serem contratados;
- 13.1.11. A Contratada deverá conhecer todas as normas referentes à utilização de veículos, que poderá circular por todo o Estado de Pernambuco e eventualmente em outros Estados;
- 13.1.12. Indicar responsável da empresa pela gestão do contrato para comunicação de eventuais necessidades de conserto, substituição de veículos e viaturas, bem como qualquer ocorrência em relação ao contrato;
- 13.1.13. Trocar o veículo, imediatamente, quando esse ficar impossibilitado de trafegar por falta de quaisquer pagamentos de tributos, impostos, contribuições, taxas, seguros e outros;
- 13.1.14. Arcar com as despesas relativas às lavagens externas e internas (com aspiração) dos veículos e viaturas, quando necessário e a pedido do Contratante, com periodicidade mínima quinzenal, em local com distância não superior a dez quilômetros da garagem do Contratante, ou, estando o veículo fora da Região Metropolitana do Recife, no município em que se encontra o veículo, em local previamente acordado com o Contratante;

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.

Via Conferida
Engenheiro
PGE-PE



- 13.1.14.1. As lavagens deverão ser agendadas em dias úteis, no horário de funcionamento do órgão/ente Contratante.
- 13.1.15. Fornecer, em meio eletrônico (DOC, TXT, XLS, XML ou similar), listagem atualizada de todos os veículos e viaturas objeto da locação, quando solicitado pelo Contratante ou pela Secretaria de Administração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contendo na listagem a Razão Social do Contratante e da Contratada, placa dos veículos, ano, combustível, motorização, tipo, modelo, fabricante, data da entrega de cada veículo ao Contratante e o valor mensal cobrado por cada veículo locado;
- 13.1.16. Fornecer à Secretaria de Administração relatório em meio eletrônico (DOC ou similar) para os e-mails disponibilizados pela SAD até o quinto dia útil do mês subsequente de toda e qualquer nova contratação (contratos e/ou aditivos) celebrados entre o Contratante e a Contratada;
- 13.1.17. Não será permitido à Contratada se utilizar das instalações físicas, nem de mão de obra da Contratante para a realização dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva ou com pequenos reparos ou avarias, seja ela de qual origem for, nos veículos e viaturas objeto da locação.
- 13.1.18. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

14. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento pela prestação do(s) serviço(s) deverá ser efetuado mensalmente à Contratada, através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias, do mês subsequente à prestação de serviços, com apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato;
- 14.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do Contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no Termo de Referência e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

<u>Sigla</u>	<u>Significado / Descrição</u>
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	Percentual da taxa anual = 6%
I	Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: $I = \frac{(TX/100)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,0001644$

Via Conferida
Empenho
PGE-PE

Secretaria de Administração.
Gerência de Compras Corporativas.
Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br



- 14.3. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;
- 14.4. O pagamento só será efetuado na forma prevista neste documento, se a licitante vencedora estiver inscrita no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (CADFOR);
- 14.5. O preço unitário e total para esta licitação compreende a única remuneração devida;
- 14.6. O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes e em conformidade com as Leis nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003 e nº 12.932, de 05 de dezembro de 2005.

15. DAS PENALIDADES

- 15.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- 15.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. Falhar na execução do contrato;
- 15.1.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- 15.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.6. Não manter a proposta;
- 15.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- 15.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 15.1.9. Fizer declaração falsa.
- 15.2. Para condutas descritas nos subitens 15.1.1, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 15.3. O retardamento da execução previsto no subitem 15.1.2, estará configurado quando a Contratada:
- 15.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;
- 15.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 15.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 15.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 15.7.

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.

Via Conferida
E-mail
PCB-PE



- 15.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 15.1.3 estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 15.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

TABELA 01

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 15.6. O comportamento previsto no subitem 15.5 estará configurado quando a Contratada executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

- 15.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 02

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% sobre o valor mensal do contrato

TABELA 03

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Via Conferida
Em
PGE-PE

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br



7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência
---	---	---	---------------------------

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

15.8. A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 15.1 desta cláusula.

15.9. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

15.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015;

15.11. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;

15.12. Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;

15.13. Caso a faculdade prevista no item 15.11 não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;

15.14. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens 15.12 e 15.13 acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Telmosa, Recife, Pernambuco.

CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br.

Via Conferida
Engr
PGE-PE



- 15.15. Decorrido o prazo previsto no item 15.14, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;
- 15.16. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;
- 15.17. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da Contratada, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na prestação dos serviços, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nos termos do artigo 20 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17. DA SUCESSÃO

- 17.1. O presente Registro de Preço obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão para Registros de Preços nº 139.2016.SAD e nos termos da Legislação pertinente;
- 18.2. O Detentor da Ata fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;
- 18.3. Na hipótese de acidentes ocorridos envolvendo qualquer um dos veículos e viaturas locados, o Contratante exime-se da responsabilidade, recaindo sobre a Contratada a reparação dos prejuízos;
- 18.4. O Contratante não responderá pelo valor de possíveis avarias, incluindo entre outras: roubo, incêndio e acidente, parcial ou total, devendo ser os prejuízos totalmente cobertos pela Contratada, não isentando a responsabilidade objetiva do Estado em reparar o dano caso haja a comprovação da culpa ou dolo do agente público, mediante processo administrativo;
- 18.5. O Contratante, em nenhuma hipótese, arcará com despesas a título de lucros cessantes;
- 18.6. Poderá ser realizada diligência composta pela Secretaria de Administração e o Gestor do Contrato do órgão Contratante, podendo ser realizada através de documentos ou vistoria *in loco*, para que sejam analisadas as condições de atuação da empresa declarada vencedora, visto a complexidade do objeto, pois se trata de Atividade Essencial.

Via Conferida
Eng.º
PGE-PE

Secretaria de Administração

Gerência de Compras Corporativas

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco.
CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br



19. DA PUBLICAÇÃO

- 19.1. Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

20. DO FORO

- 20.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Recife, 17 de NOVEMBRO de 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CGC/MF nº 10.572.022/0001-80

CONTRATANTE

AKY SERVIÇOS EIRELI

CNPJ/MF nº 07.213.360/0001-10

CONTRATADA

1.º TAB.

CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Adriano Thiele

10.965.693/0001-00

Diretor Executivo

CONTRATADA

CPF: 585.295.350-49

Fabio Vellozo

Diretor Executivo

RG: 10.543.503

LOCARALPI ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA

06.997.469/0001-23

CONTRATADA

Instrumento Analisado pela Procuradoria

Geral do Estado, em seus aspectos

jurídico-formais, conforme Parecer nº AD

414116(SAJ 2016.02.4782)

Via Conferida
87/2016
PGE-PE

Secretaria de Administração.

Gerência de Compras Corporativas.

Avenida Antônio de Góes, nº 194, 7º andar, Empresarial Fred Dubeux, Brasília Teimosa, Recife, Pernambuco

CEP nº 51.110-000. Fone: (81) 3183.7783 – www.sad.pe.gov.br



NOTAS DE EMPENHO - PONTA GROSSA - 2011 - Nº 004 - R\$ 11.600,00.

VIGÊNCIA: 2) DIAS CORREIOS & CONTÁG DA DATA DE ASSINATURA

ASSINADO: 19.11.2016.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016

Pelo presente instrumento de um lado o Estado de Pernambuco, através da **CASA MILITAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.493.327/0001-69, instituição com sede no Palácio do Campo das Princesas, s/n - Praça da República - Santo Antônio, Recife-PE, CEP 50.010-040, neste ato representada pelo seu titular Sr. Cel PM **FELIPE OLIVEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, militar, RG nº 39.878/PMPE, CPF nº 783.693.714-34, residente e domiciliado nesta Capital, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MAQ-LAREM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 40.938.508/0001-50, com sede a Av. Eptácio Pessoa, 2580, loja 01 - Tambauzinho, João Pessoa-PB, representada por **SEVERINO MEDEIROS DOS NASCIMENTO**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.007.139 SSP/PB, CPF nº 427.948.624-72, residente e domiciliado na Av. Cabo Branco, 2566, - Bairro de Cabo Branco - Cep: 58.045-010 - João Pessoa-PB, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e convencionado a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, oriunda do **Processo nº 006/2016 - Pregão Eletrônico nº 001/2016-CPL/CAMIL**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, obrigando às partes às condições adiante registradas, as quais mútua e reciprocamente, outorgam, estipulam, aceitam e se obrigam a cumprir por si e seus sucessores.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Constitui-se objeto da presente Ata de Registro de Preços, o fornecimento de solução de impressão, compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos (impressoras e multifuncionais) e a prestação dos serviços necessários ao funcionamento, gestão e operacionalização da solução, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel), para atender as necessidades de impressão, digitalização e cópia da Casa Militar de Pernambuco.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO

- 2.1- O Fornecedor se compromete por este, a fazer a entrega dos produtos, pelos preços registrados nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante o prazo de sua vigência;
- 2.2- Os fornecimentos serão formalizados mediante a confecção de instrumento contratual ou da emissão da Ordem de Fornecimento, a depender do valor da demanda e da Nota de Empenho emitida pelo participante;
- 2.3- Todo serviço deverá ser fornecido por uma única empresa, devendo todos os itens que compõem a solução serem contratados em lote único.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 O serviço tem por objetivo atender a necessidade de impressão, digitalização e cópia da Casa Militar de Pernambuco.
- 3.2 Consiste na cessão do direito de uso de equipamentos (impressoras e multifuncionais), cujos requisitos mínimos são definidos no Anexo A - Requisitos dos Equipamentos, deste termo de referência, e na prestação dos serviços necessários ao funcionamento, gestão e operacionalização da mesma, definidos no Anexo B - Especificação, deste termo de referência.
- 3.3 É composto por itens que correspondem à locação dos equipamentos (impressoras e multifuncionais) fornecidos no serviço e por itens que correspondem às impressões efetuadas utilizando-se estes equipamentos.
- 3.4 Será contabilizado mensalmente através do valor total da locação dos equipamentos fornecidos, somado ao valor total das impressões contabilizadas, efetuadas utilizando-se estes equipamentos, no período de referência.
- 3.5 O Nível de Serviço está composto por um conjunto de indicadores que estabelecem e mensuram os níveis de qualidade, de desempenho e de disponibilidade dos serviços prestados, que deverá ser cumprido pela contratada.





- b. A regularidade fiscal deverá ser comprovada através da apresentação das certidões de regularidade fiscal vigentes.
- c. A apresentação dos relatórios (definidos no anexo referente a especificação da solução) pertinentes ao período de referência da nota fiscal/fatura.

4.5. O Fiscal do Contrato, após análise dos relatórios emitidos pela CONTRATADA, e apreciação da prestação dos serviços e do atendimento das condições contratuais, atestará a Nota Fiscal/Fatura e certificará os serviços.

$EM = N \times VP \times I$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira, sendo:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

$$I = \frac{(6\% / 100)}{365} = 0,0001644$$

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 O preço poderá ser reajustado, na hipótese de prorrogação do contrato, em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes e em conformidade com as Leis nº 12.525 de 30.12.2003 e 12.932 de 05.12.2005;

5.2 Havendo interesse das partes contratantes em prorrogar a avença, a empresa contratada deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito.

5.3 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 - A Ata Registro de Preços vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Fornecedor da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

7.2 Caso a empresa primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a CAMIL convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

7.3 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Casa Militar.



7.4 Os órgãos e entidades não participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar a Casa Militar que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

7.5 Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão não participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a Casa Militar e Órgãos Participantes;

7.6 Os órgãos e entidades não participantes, ao solicitarem adesão à Ata de Registro de Preços, devem realizar pesquisa de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;

7.7 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

7.8 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para a Casa Militar independente do número de Órgãos não participantes que aderirem;

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Os preços registrados podem ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover às negociações junto aos Fornecedores registrados, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

8.1.1 Se a ata estiver em vigor e houver requerimento do Fornecedor com a efetiva demonstração de incremento dos custos, decorrente de homologação de Convenção e/ou Acordo Coletivo de Trabalho, deve ser promovido o reajuste dos valores registrados na ata, de modo que as contratações subsequentes possam realizar-se com a manutenção da equação financeira, necessariamente precedidas de análise dos preços então vigentes no mercado.

8.1.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.1.3 Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.1.4 A ordem de classificação dos Fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deve observar a classificação original.

8.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, em virtude de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, a Casa Militar pode:

I – liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.2.1. Não havendo êxito nas negociações, a Casa Militar deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.3 O registro do Fornecedor da ata deve ser cancelado quando:





- I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

8.3.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do *caput* será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O cancelamento do registro de preços pode ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I – por razão de interesse público; ou
- II – a pedido do Fornecedor da ata.

8.4.1 A comunicação do cancelamento do registro de preço, nos casos previstos nos incisos do *caput*, deve ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

8.4.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação deve ser feita por publicação em veículo oficial de divulgação, assegurado o prazo recursal de 5 (cinco) dias.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS DA DESPESA

9.1 Os recursos para atender ao período de vigência de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 110401 – Casa Militar

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

9.2 Os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação do objeto desta ATA, correrão por conta das Dotações Orçamentárias ou das disponibilidades financeiras da **CASA MILITAR**, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observada as condições estabelecidas no edital da licitação.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 O fornecimento do objeto licitado será efetuado pelo licitante vencedor obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Comprometer-se a registrar o preço proposto pelo prazo de 12 (doze) meses;
 - b) A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião do cumprimento do contrato, obrigando-se a indenizar qualquer prejuízo causado;
 - c) O recebimento do objeto licitado e afinal contratado será procedido, com observância às disposições acima descritas e do art. 73, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do Processamento da Licitação que deu origem ao presente Instrumento Contratual, consoante o que preceitua o inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.1.** A **CONTRATADA** deverá cumprir o disposto nas cláusulas do Contrato.





10.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços fielmente, de acordo com especificações do edital de licitação, não sendo admitidas quaisquer alterações sem prévio conhecimento e aprovação por parte CAMIL.

10.3. A CONTRATADA deverá obedecer e cumprir os prazos determinados no Acordo de Nivel de Serviço definido neste termo de referência

10.4. Comprovação do Programa de Destinação Ambiental

10.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação do programa de destinação ambientalmente correto a ser dada a todos os recipientes e resíduos dos suprimentos, em conformidade com a legislação Lei nº 12.305/2010 e os preceitos de preservação ambiental.

10.4.2. Esta comprovação deverá ser entregue junto à documentação exigida à formalização do contrato.

10.5. Empregados e Afins

10.5.1. A CONTRATADA deverá prestar, durante o prazo de vigência contratual, os serviços contratados através de sua própria equipe de profissionais.

10.5.2. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a excelência na execução dos trabalhos durante todo o contrato.

10.5.3. A CONTRATADA deverá responder pela idoneidade, conduta e comportamento de seus profissionais e pela consequência dos atos praticados por estes, na execução do serviço contratado.

10.5.4. A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos ou prejuízos que seus empregados, prepostos e contratados, por ações ou omissões, causarem a pessoas ou bens da CAMIL ou de terceiros, por ocasião da prestação dos serviços, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente, não implicando corresponsabilidade.

10.5.5. A CONTRATADA deverá respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

10.5.6. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela disciplina, respeito e cortesia dos empregados durante o atendimento técnico, bem como pelo cumprimento das regras e normas internas da CAMIL.

10.5.7. A CONTRATADA deverá fornecer crachá de identificação, exigindo o uso do mesmo nas dependências da CAMIL, para o pessoal designado para execução dos serviços pertinentes ao fornecimento da solução.

10.5.8. A CONTRATADA deverá substituir, sempre que exigido pelo Fiscal do Contrato, qualquer um dos seus profissionais, cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CAMIL ou ao interesse do Serviço Público.

10.5.9. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas vigentes ou que venham a ser instituídas, relativas ao pessoal direta ou indiretamente designado para execução dos serviços contratados, cabendo-lhe, em consequência, o ônus com o custeio de todos os pagamentos vinculados a tais obrigações.

10.6. Comunicação e Troca de Informações

10.6.1. A CONTRATADA deverá atender com presteza às comunicações, solicitações e reclamações sobre a qualidade dos serviços técnicos executados, providenciando imediatamente a sua correção, sem ônus para a CAMIL.

10.6.2. A CONTRATADA deverá facilitar a ação de fiscalização do Fiscal do Contrato, fornecendo informação ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações, e exigências apresentada pela CONTRATANTE.

10.6.3. A CONTRATADA deverá comunicar, formal (por escrito) e imediatamente, ao Fiscal do Contrato, acerca de quaisquer dificuldades e/ou ocorrências que inviabilize a execução dos serviços, a fim de serem adotadas providências cabíveis, com vistas a sanar os problemas.

10.6.4. A CONTRATADA deverá justificar eventuais motivos de caso fortuito ou força maior que impeçam a realização dos serviços.





10.6.5. A CONTRATADA deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CAMIL referente a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades pertinentes à solução.

10.7. Despesas, Obrigações e Compromissos Assumidos com Terceiros.

10.7.1. A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do serviço contratado, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso exista.

10.7.2. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas com frete e transporte necessárias à execução dos serviços contratados.

10.7.3. A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por quaisquer obrigações ou compromissos assumidos com terceiros, isentando a CAMIL de qualquer responsabilidade.

10.8. Requisitos, Atividades, Procedimentos e Serviços

10.8.1. A CONTRATADA deverá realizar a apresentação formal do seu interlocutor.

10.8.2. A CONTRATADA deverá realizar o agendamento e participar da Reunião de Alinhamento das Expectativas da contratação.

10.8.3. A CONTRATADA deverá realizar a construção e formalização de um Plano de Distribuição dos Equipamentos a serem fornecidos.

10.8.4. A CONTRATADA deverá realizar a construção e formalização de um Plano de Implantação.

10.8.5. A CONTRATADA deverá realizar a construção e formalização de um Modelo de Layout de Etiqueta ou Placa de Identificação a ser utilizado na identificação dos equipamentos fornecidos.

10.8.6. A CONTRATADA deverá realizar a construção e formalização de um Modelo de Ordem de Serviço e de um Modelo de Ordem de Serviço de Atendimento a serem utilizados pelas partes.

10.8.7. A CONTRATADA deverá realizar a disponibilização de uma Central de Atendimento.

10.8.8. A CONTRATADA deverá realizar a disponibilização de Material de Apoio à Operacionalização através de um website.

10.8.9. A CONTRATADA deverá realizar o provimento de instrução e treinamento aos técnicos e usuários da CAMIL.

10.8.10. A CONTRATADA deverá realizar a Implantação, que consiste basicamente na instalação e configuração, no ambiente da CAMIL, dos equipamentos fornecidos.

10.8.11. A CONTRATADA deverá realizar a Realocação de Equipamentos, quando demandada pela CAMIL, sem custos adicionais.

10.8.12. A CONTRATADA deverá realizar a Realocação Temporária de Equipamentos para Eventos, quando demandada pela CAMIL, sem custos adicionais.

10.8.13. A CONTRATADA deverá realizar o fornecimento de Peças de Reposição e Suprimentos, contemplando toda a logística envolvida na manutenção de seus estoques, na realização de reposições, coletas e descartes dessas peças e suprimentos.

10.8.14. A CONTRATADA deverá realizar a Manutenção Preventiva nos equipamentos fornecidos na solução.

10.8.15. A CONTRATADA deverá realizar a construção e formalização de um Modelo do Registro da Manutenção Preventiva, que será utilizado para formalização e atesto das manutenções preventivas.

10.8.16. A CONTRATADA deverá realizar a Manutenção Corretiva nos equipamentos fornecidos e fornecer Suporte Técnico aos usuários, no prazo de até 24 horas após a abertura do chamado.

10.8.17. A CONTRATADA deverá realizar a substituição dos equipamentos quando necessárias a continuidade da disponibilidade da solução.

10.8.18. A CONTRATADA deverá realizar a Reimplantação de Equipamentos que estiveram fora do ambiente da CAMIL por motivo de manutenção corretiva.

10.8.19. A CONTRATADA deverá realizar a Contabilização Mensal das Locações dos Equipamentos.



10.8.20.A CONTRATADA deverá realizar a Contabilização Mensal das Impressões efetuadas nos equipamentos fornecidos na solução.

10.8.21.A CONTRATADA deverá realizar a Retirada dos Equipamentos ao Término do Contrato;

10.8.22.A CONTRATADA deverá realizar a construção e formalização de um Plano de Retirada dos Equipamentos, que será utilizado para orientar a realização da retirada dos equipamentos ao término do contrato.

10.8.23.A CONTRATADA deverá realizar a emissão de relatórios necessários à gestão do serviço.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Através da Casa Militar - CAMIL:

11.1.1 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do Contrato.

11.1.2. Impedir que outra empresa ou instituição realize os serviços de obrigação da contratada.

11.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos técnicos e interlocutores da contratada.

11.1.4. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA aos locais, instalações e equipamentos, para a regular prestação dos serviços e atividades pertinentes à solução.

11.1.5. Prover o espaço necessário para instalação e funcionamento dos equipamentos, bem como providenciar e disponibilizar as instalações elétricas e de rede adequadas.

11.1.6. Fornecer, dentro de suas dependências, aos técnicos da contratada as condições operacionais indispensáveis ao fornecimento e à operacionalização da solução, salvo as condições de responsabilidade da contratada.

11.1.7. Proporcionar os meios para a boa execução dos serviços, inclusive a disponibilização, se necessário, de local seguro para guarda de material a ser utilizado na consecução dos serviços.

11.1.8. Zelar pela segurança dos materiais e equipamentos estocados.

11.1.9. Utilizar os equipamentos corretamente, segundo os padrões técnicos ditados pela contratada.

11.1.10. Responder perante a contratada por dano ou prejuízo aos equipamentos locados em decorrência de comprovada ação culposa, negligência em sua utilização ou recomendações feitas pela contratada e não seguida.

11.1.11. Solicitar à contratada, quanto lhe convier, a comprovação da qualificação técnica de seus profissionais em atividades relacionadas à prestação dos serviços contratados.

11.1.12. Designar um fiscal para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos observados.

11.1.13. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços prestados, utilizando o Acordo de Nível de Serviço para isso.

11.1.14. Averiguar causas de possíveis distorções no uso de suprimentos ou impressão de documentos que eventualmente esteja ocorrendo.

11.1.15. Rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações do fabricante dos equipamentos fornecidos na solução.

11.1.16. Atestar as notas fiscais e faturas relativas aos serviços prestados.

11.1.17. Efetuar os pagamentos à contratada referentes à execução dos serviços, de acordo com o pactuado no instrumento contratual.

11.1.18. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários.

11.1.19. Comunicar e/ou notificar formalmente à contratada as ocorrências, falhas, defeitos, bem como possíveis irregularidades que venham a ser observadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas.

11.1.20. Aplicar à contratada, quando necessário, as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.





11.1.21. Estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente.

11.1.22. Devolver à contratada, ao final do contrato, os equipamentos utilizados na solução.

11.1.23. Fornecer todo o papel necessário à solução ficando facultado o uso de papel convencional ou papel reciclado.

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual e será descredenciado do CADFOR pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

12.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

12.3. Em caso de não cumprimento das disposições e serviços acordados em contrato por qualquer uma das partes, a parte inadimplente estará sujeita às sanções legais e a responder por perdas e danos perante a outra parte.

12.4. A Casa Militar poderá aplicar à contratada, em caso de inadimplemento das suas obrigações por qualquer uma das hipóteses previstas nos Incisos I ao XI do Art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, além de outras responsabilidades de natureza civil e penal, as penalidades previstas no Art. 87 do citado diploma legal.

12.5. Multas poderão ser aplicadas em caso de descumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço. A multa será descontada da fatura mensal, independentemente de autorização ou procedimento especial. Caso o valor das multas ultrapasse o valor da fatura, a Casa Militar poderá descontar o valor nas próximas faturas ou em eventuais créditos devidos à contratada ou ainda cobrá-lo judicialmente.

12.6. Em caso de comprovação de que o serviço prestado difere em qualquer aspecto do serviço contratado, a Casa Militar poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço tenha causado.

12.7. Segue abaixo o Modelo de Aplicação das Multas:

a. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

b. Para as metas cujo indicador seja do tipo “prazo”, a cada chamado atendido com prazo em até 50% (cinquenta por cento) acima do prazo estipulado, multa de 0,5% (meio por cento) do valor mensal do contrato;

c. Para as metas cujo indicador seja do tipo “prazo”, a cada chamado atendido com prazo superior a 50% (cinquenta por cento) acima do prazo estipulado, multa de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato;

d. Para as metas cujo indicador seja do tipo “prazo”, a cada chamado atendido com prazo superior a 100% (cem por cento) acima do prazo estipulado, além da multa estabelecida no item



anterior, multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total estimado do contrato por cada dia de atraso;

e. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) do valor total estimado do contrato, quando ocorrer o não atendimento superior a 10% (dez por cento) do número de chamados do mês;

f. Pelo não cumprimento de qualquer outra condição fixada neste contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores será aplicada multa à razão de 1% (um por cento) do valor total estimado do contrato, para cada evento.

g. Para as metas cujo indicador seja do tipo prazo, a cada chamado atendido com prazo acima do estipulado, desconto de 0,5% do valor mensal do contrato, por dia de atraso, limitado a 10% do valor mensal do contrato.

h. No caso de indisponibilidade do funcionamento de qualquer equipamento que exceder os prazos estabelecidos no Nível Mínimo de Serviço, e não houve a substituição devida por equipamento sobressalente, o período excedente de indisponibilidade deverá ser descontado da fatura, sem prejuízo a aplicação das multas devidas.

12.8. Na aplicação de qualquer sanção, será sempre dado à contratada o direito à ampla defesa. As multas deverão ser comunicadas por escrito à contratada. Mediante requerimento fundamentado da contratada, a CONTRATANTE poderá relevar as multas aplicadas, desde que fique comprovado que as falhas que motivaram a aplicação das penalidades decorreram de caso fortuito ou força maior, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 1.058 do Código Civil Brasileiro. Os motivos de caso fortuito ou força maior deverão ser alegados e comprovados pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados para efeito de dispensa das multas.

12.9. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no edital e/ou contrato.

12.10. O Fiscal do Contrato será responsável por todos os atos referentes ao processo de apuração da falta por parte do fornecedor.

13.0 - CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A responsabilidade direta pela fiscalização e da execução da ATA será do Sr. **DALASIEL LIMA DOS SANTOS** – CAP PM, Mat. Nº 940777-4, da Gerência Telemática, para tanto, após sua assinatura deverá ser fornecido aquele titular todo o elemento necessário ao cumprimento de suas obrigações, e quando o mesmo tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada deverá de imediato comunicar, por escrito, à Gerência de Contratos, que tomará providências para que se apliquem as sanções previstas na Lei e no Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

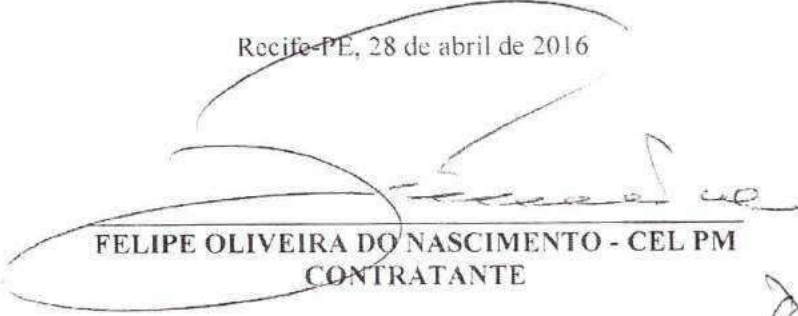




15.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para resolver qualquer divergência ou dúvida fundada na presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

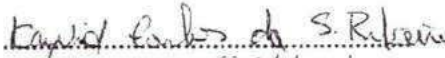
E, por estarem de acordo, as partes, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Recife-PE, 28 de abril de 2016


FELIPE OLIVEIRA DO NASCIMENTO - CEL PM
CONTRATANTE


SEVERINO MEDEIROS DOS NASCIMENTO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


CPF/MF Nº 100 752 644-04

CPF/MF Nº



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GGCIC - COPLE VIII

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PROPOSTAS E

ABERTURA/PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 036/2016.VIII/PE.025.SETUREL

OBJETO: Registro de Preços para locação, instalação, conexão, montagem, manutenção, preventiva, corretiva e assistência técnica de aparelhos, equipamentos e materiais para treinamento de academia de musculação ao ar livre em Municípios do Estado de Pernambuco, conforme especificações, quantitativos e demais critérios constantes no Termo de Referência e demais Anexos deste Edital. R\$ 17.476.000,00 (dezoito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil reais). A entrega das propostas anteriormente limitada até 14/04/2016, às 09:30h fica prorrogada para o dia 05/05/2016 às 09:30h por ausência de proposta. Início da Disputa em 05/05/2016, às 10:00h. Horário de Brasília. A cópia do edital na íntegra poderá ser acessada e processado o "download", no site www.compras.pe.gov.br e também no endereço eletrônico: www.llicitacoes.pe.gov.br. Outras informações: Secretaria de Administração pelo fone: (81) 3183.7754, das 08h às 12h. Recife, 26 de abril de 2016. Bruno Cintra Regoira da COPLE VIII.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 065/2016.IV/PE.043.CONDEPE/FIDEM. ADJUDICO, nos termos da legislação vigente, o objeto do certame licitatório em epígrafe, em favor da lotante ALVES CORREIA SERVIÇOS: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 13.497.113/0001-98, por ter ofertado o menor preço global no valor de R\$ 186.854,40 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos). Recife, 26 de abril de 2016. Gisela Maria de Lima Pereira - Pregoeira da COPLE IV.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GGCIC - COPLE VIII

AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 111/2016.VIII/PE.079.SARA

OBJETO: Aquisição de baterias agrícolas e peças agrícolas conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do edital. R\$ 1.689.064,04 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, seiscentos e quatro reais e quatro centavos). Entrega das Propostas até 11/05/2016, às 09:30h; Início da Disputa em 11/05/2016, às 10:00h. Horário de Brasília. A cópia do edital na íntegra poderá ser acessada e processado o "download", no site www.compras.pe.gov.br e também no endereço eletrônico: www.llicitacoes.pe.gov.br. Outras informações: Secretaria de Administração pelo fone: (81) 3183.7754, das 08h às 12h. Recife, 26 de abril de 2016. Bruno Cintra Regoira da COPLE VIII.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GGCIC/COPLE V

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 262/2015.VI/PE.152.3ETRA

Comunicamos que a sessão de abertura do processo em epígrafe, marcada para o dia 26/04/2016, está adiada "para lá" para ajustar no processo. Taisa e Fátima Coelho - Pregoeira COPLE V.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GGCIC/COPLE IX

RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 123/2016.IX/IN.006.SEE

União e ratifico, para fins do disposto no art. 26 da Lei Federal Nº 8.666/93, a ata de justificativa do órgão de origem, a necessidade de Licitação, do Processo Nº 123/2016.IX/IN.006.SEE, fundamentada no art. 25, I da lei supra, cujo objeto é a contratação da empresa EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A. para o fornecimento de 858 (oitocentos e sessenta e oito) exemplares anuais diários, por um período de 12 (doze) meses do JORNAL DO COMÉRCIO para as bibliotecas das escolas de Rede Pública do Estado da Secretaria de Educação - SEE, no valor global de R\$ 438.530,96 (quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e trinta reais e nove centavos). Recife, 26/04/2016. Káline Figueiras Goulart, Gerente Geral de Licitações em exercício.

ESTADO DE PERNAMBUCO**CASA MILITAR**

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 006/2016-CEL/CAMIL. Tomada de Preços Nº 001/2016. Objeto: Contratação de empresa especializada visando a elaboração do Projeto Básico e Estudos Complementares referentes à captação, adutora para alimentação dos reservatórios dos reservatórios, estação de tratamento de água e de tratamento de efluente da ETA e emissão de lançamento final do sistema de esgoto sanitário da ETE das localidades abrangidas pela "operação reconstrução". A análise dos documentos de habilitação referente ao processo em questão conduziu pela HABILITAÇÃO das empresas: SOLO MOVETERRAS Construções e Serviços Ltda EPP, AQUATÓOL CONSULTORIA S/S Ltda EPP, GEOSISTEMAS Engenharia e Planejamento Ltda, PERALLO Projetos Consultoria e Obras Ltda e NECONSULT Consultores Associados Ltda, por atenderem as exigências do Edital de licitação. Diante da renúncia ao direito de recurso, fica marcada para o dia 29/04/2016, às 10h, no mesmo local, a abertura dos envelopes de proposta técnica. Leonardo Rodrigues dos Santos - Ten Cel BM Presidente da CEL/CAMIL.

ESTADO DE PERNAMBUCO**SECRETARIA DA CASA MILITAR**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - ADJUDICAÇÃO

PROCESSO: 009/2016. PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO: 001/2016-CP/CAMIL - OBJETO: Fornecedor de solução de impressão, compreendendo cessão de direito de uso de equipamento. Comunica-se a Adjudicação de seu objeto da seguinte maneira: Empresa Vencedora: MAQ-LAREM MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: 40.936.508/0001-50. Valor: R\$ 77.538,96 (setenta e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos). Maiores informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado na Av. Cruz Cabugá, 1211, Palácio Frei Caneca, Santo Amaro, Recife/PE, no prédio da CODEC/PE, fone: (81) 3181-2482, no horário das 8:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, a partir desta publicação. Recife/PE, 26 de abril de 2016. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA FRANÇA - TC BM Presidente da CP/CAMIL.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 00112-GAB/SDS. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato mater por 12 (doze) meses, pelo período de 29 de fevereiro de 2016 a 27 de fevereiro de 2017. Valor Anual R\$ 414.288,00. CONTRATADA: INTER LOCAÇÕES S/A. EMPENHO: 2016NE000211. no valor de R\$ 345.240,00, referente ao período de março a dezembro de 2016, datado de 04/JAN/2016. ORIGEM: Adesão à ARP Nº 002/2011-SAD. PL Nº 044/2011.VI/PE.020.SAD. Recife/PE, 19ABR/2016. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Sec de Defesa Social. (*)

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 006/2014-GAB/SDS. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato "mater" por 12 (doze) meses, pelo período de 27/MAR/2015 a 26/MAR/2017. CONTRATADA: PRISMA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. EMPENHO: 2016NE000223. no valor de R\$ 180.840,00, cento e oitenta mil oitocentos e quarenta reais, datado de 04/JAN/2016. ORIGEM: PL Nº 072/2012. PE Nº 002/2013-CE/SDS. Recife/PE, 25ABR/2016. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS - Sec de Defesa Social. (*)

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

CPL II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016. Objeto: Confecção de camisetas com impressão para as Ações e Campanhas, Da Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - 18 de Maio, em 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, seus 154 municípios e o distrito estadual de Fernando de Noronha. Exceção Para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MI, de acordo com as especificações constantes no Edital de licitação. Data: 10/05/2016 às 08:00h. Valor máximo estimado: R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais). A cópia do Edital será disponibilizada aos interessados, mediante a apresentação de seu-deriva na Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Cruz Cabugá, sã 555, Santo Amaro - Recife - PE. Recife, 26 de abril de 2016. Gisela Maria de Lima Pereira - Pregoeira.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/PE

ARP Nº 083/2016 - 1ª Publicação - PL Nº 229/2015. PE Nº 007/2015 resolve publicar o preço registrado visando a aquisição do gênero alimentício "Macarrão tipo parafuso". Empresa vencedora: COMERCIAL RAMSEY EIRELI EPP. CNPJ: 05.832.700/0001-71. Valor total da ARP R\$ 308.308,24. Vigência: 20/04/2016 a 19/04/2017. EDNALDO ALVES DE MOURA JÚNIOR - Secretário Executivo de Administração e Finanças.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/PE

ARP Nº 10/2016 - 2ª Publicação - PL Nº 021/2015. PE Nº 012/2015 resolve publicar o preço registrado visando a eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de alimentação. Empresa vencedora: EMPORIO COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP. CNPJ: 15.457.406/0001-75. Valor total da ARP R\$ 75.171,00. Vigência: 25/01/2016 a 24/01/2017. EDNALDO ALVES DE MOURA JÚNIOR - Secretário Executivo de Administração e Finanças.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/PE

ARP Nº 61/2016 - 1ª Publicação - PL Nº 029/2015. PE Nº 007/2015 resolve publicar o preço registrado visando a aquisição de materiais de manutenção predial. Empresa vencedora: BARRETO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP. CNPJ: 04.246.291/0001-63. Valor total da ARP R\$ 14.153,55. Vigência: 20/04/2016 a 19/04/2017. EDNALDO ALVES DE MOURA JÚNIOR - Secretário Executivo de Administração e Finanças.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/PE

ARP Nº 009/2016 - 1ª Publicação - PL Nº 168/2015. III. PE Nº 091 resolve publicar o preço registrado visando a eventual aquisição de fardamento, para todos os alunos da educação básica das escolas da rede estadual, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Empresa

vencedora: R.R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA, CNPJ: 08.827.389/0001-55. Valor total da ARP R\$ 6.788.964,76. Vigência: 21/01/2016 a 20/01/2017. EDNALDO ALVES DE MOURA JÚNIOR - Secretário Executivo de Administração e Finanças.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/PE

ARP Nº 051/2016 - 1ª Publicação - PL Nº 263/2015. IX. PE Nº 153 SEE resolve publicar o preço registrado visando à aquisição de Mídias e Livros Didáticos. Empresa vencedora: EDITORA POSITIVO LTDA. CNPJ: 75.719.513/0001-33. Valor total da ARP R\$ 274.995,00. Vigência: 26/04/2016 a 25/04/2017. EDNALDO ALVES DE MOURA JÚNIOR - Secretário Executivo de Administração e Finanças.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/PE

ARP Nº 007/2016 - 3ª Publicação - PL Nº 023/2015. VI. PE Nº 007/2015 resolve publicar o preço registrado visando à eventual aquisição de quadro de branco para as Escolas Técnicas Estaduais, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Empresa vencedora: QZIR DE ALMEIDA PEREIRA-ME. CNPJ: 00.349.427/0001-08. Valor total da ARP R\$ 7.776,00. Vigência: 22/10/2016 a 21/10/2016. EDNALDO ALVES DE MOURA JÚNIOR - Secretário Executivo de Administração e Finanças.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GT. Nº 012/2016. CONTRATADA: L. C. EMPREENDEIMENTOS E DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ/ME: 06.349.845/0001-07. Objeto: Fornecedor de bolacha salgada tipo Cream Croaker. Empenhos: 2016NE000279, 2016NE000280. Valor Global: R\$ 839.500,00. Vigência: 04/04/2016 a 03/10/2016.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**SECRETARIA DA FAZENDA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 10/2015 - 2ª PUBLICAÇÃO

Ata de Registro de Preços originada do Processo Nº 160/2015, IX/PE.087/SEFAZ, que tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção para SEFAZ. Vigência da Ata: 26/01/2016 a 25/01/2017. Empresa: ENERGIA MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME. CNPJ Nº 03.783.260/0001-13. Lote 01. OBS: Permanecem inalterados os preços registrados. As Atas de Registro de Preços, na íntegra, encontram-se disponíveis no Painel de Licitações da SAD no endereço: <http://www.licitacoes.pe.gov.br> e o extrato completo teve a sua primeira publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 26.01.2016. Recife, 26 de abril de 2016.

JANAINA CARDOSO ACIOLI
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**SECRETARIA DA FAZENDA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 10/2015 - 2ª PUBLICAÇÃO

Ata de Registro de Preços originada do Processo Nº 160/2015, IX/PE.087/SEFAZ, que tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção para SEFAZ. Vigência da Ata: 26/01/2016 a 25/01/2017. Empresa: MARIA DE FÁTIMA NUNES DA SILVA - ME. CNPJ Nº 02.151.640/0001-07. Lote 02, Lote 03, Lote 04 e Lote 05. OBS: Permanecem inalterados os preços registrados. As Atas de Registro de Preços, na íntegra, encontram-se disponíveis no Painel de Licitações da SAD no endereço: <http://www.licitacoes.pe.gov.br> e o extrato completo teve a sua primeira publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 26.01.2016. Recife, 26 de abril de 2016.

JANAINA CARDOSO ACIOLI
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**SECRETARIA DA FAZENDA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 12/2015 - 2ª PUBLICAÇÃO

Ata de Registro de Preços originada do Processo Nº 160/2015, IX/PE.087/SEFAZ, que tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção para SEFAZ. Vigência da Ata: 26/01/2016 a 25/01/2017. Empresa: MARF MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME. CNPJ Nº 10.826.802/0001-09. Lote 06 e Lote 07. OBS: Permanecem inalterados os preços registrados. As Atas de Registro de Preços, na íntegra, encontram-se disponíveis no Painel de Licitações da SAD no endereço: <http://www.licitacoes.pe.gov.br> e o extrato completo teve a sua primeira publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 26.01.2016. Recife, 26 de abril de 2016.

JANAINA CARDOSO ACIOLI
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SECRETARIA DE JUSTIÇA E**DIREITOS HUMANOS**

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PL 001.CC.01.2016.CEL. Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia com a finalidade de executar Serviços Complementares à Obra de Construção da Penitenciária de Tacaimbó. VENCEDOR: CONSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. VALOR: R\$ 3.024.298,09 (três milhões, vinte e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e nove centavos). Recife, 26 de abril de 2016. Francisco Gonçalves, Presidente da CEL/SJDH.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE - SEMA/PE

GERÊNCIA GERAL DE PLANEJAMENTO E

EXTRATOS DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS

ADITIVOS/SEMA/PE

Contrato Nº 009/2016. CONTRATADA: M&S Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Ltda. CNPJ Nº 08.733.534/0001-39. Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para suprir três casas de máquinas localizadas no município de Camará. Parâmetros e Serriedo do Programa Estadual de Combate à Desertificação e mitigação aos efeitos do clima - PAE. PE. Vigência 30 (trinta) dias.

Contrato Nº 003/2016. CONTRATADA: Francisco Alexandre Lima Pinheiro - ME. CNPJ Nº 72.164.197/0001-05. Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para suprir duas casas de máquinas localizadas nos municípios de Camará, Paratim e Santa do Programa Estadual de Combate à Desertificação e mitigação aos efeitos do clima - PAE. PE. Vigência 30 (trinta) dias. Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para suprir duas casas de máquinas localizadas nos municípios de Camará, Paratim e Santa do Programa Estadual de Combate à Desertificação e mitigação aos efeitos do clima - PAE. PE. Vigência 30 (trinta) dias. Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para suprir duas casas de máquinas localizadas nos municípios de Camará, Paratim e Santa do Programa Estadual de Combate à Desertificação e mitigação aos efeitos do clima - PAE. PE. Vigência 30 (trinta) dias.

Contrato Nº 005/2016. CONTRATADA: Topserv Engenharia BIRELI. CNPJ Nº 09.281.162/0001-10. Objeto: Manutenção de Serviços de 4 (quatro) Motores habilitados nas Casas R, C e D para atender as demandas da SEMA/PE. Vigência 12 (doze) meses no período de 01/04/2016 a 31/03/2017.

SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA,

TRABALHO E QUALIFICAÇÃO - SEMTE/PE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

OBJETO: Aquisição de Banner e Suportes de Banner

ADJUDICAÇÃO

ADJUDICO, nos termos da legislação vigente, o objeto do certame licitatório em epígrafe, em favor das empresas: B&B GROUP SUPRIMENTOS EIRELI - EPP e LUIZ CLAUDIO ANDERSON LARA, pelas 01 e 02, respectivamente. Recife, 26 de abril de 2016. César Lopes Prado - Pregoeira-CEL.

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO o processo em epígrafe, por não apresentar nenhuma irregularidade em favor das empresas: B&B GROUP SUPRIMENTOS EIRELI - EPP. CNPJ: 10.823.333/0001-18. CNPJ: 09.281.162/0001-10. e LUIZ CLAUDIO ANDERSON SOARES DA SILVA - ME. CNPJ: 11.979.038/0001-03. com valor de contrato de R\$ 46.000. Recife, 26/04/2016. Nubia Ribeiro - Pregoeira Pública da Souza Neto. Secretária Executiva de Gestão e Logística.

SECRETARIA DA MULHER

RESULTADO DE LICITAÇÃO - ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016 - COPLE SecMulher - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2016. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Não Perecíveis, para atender as necessidades da Casa Abogo da SecMulher, no município do Cabo de Santo Agostinho - PE. Adjuco o objeto a Empresa Maria Recife EPP - CNPJ Nº 21.288.270/0001-10, para o lote único no valor total de R\$ 50.845,00 (sessenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos). Vigência: 26/04/2016. Nubia Ribeiro - Pregoeira Pública - CPU SEC/MULHER.

HOMOLOGAÇÃO

Reconheço, Ratifico e Homologo o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016 - CPU SecMulher - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Não Perecíveis, para a Casa Abogo da SecMulher, no município do Cabo de Santo Agostinho - PE, a ser realizada e vencedora Maria Recife EPP - CNPJ Nº 21.288.270/0001-10, no valor global de R\$ 50.845,00 (sessenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos). Recife, 26 de abril de 2016. Nubia Ribeiro - Secretária da Mulher.

AVISO DE LICITAÇÃO - PRORROGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 - CPU SecMulher - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2016. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento do País, para atender a Casa Abogo da SecMulher de PE no município de Retama. Entrega das Propostas até 06/05/2016 às 13:30 horas. Início da Disputa 06/05/2016 às 14:00 horas. Horário de Brasília. Todas as propostas superadas serão operacionais na link da Caixa Econômica Federal, no endereço eletrônico: www.compras.pe.gov.br. O edital na íntegra poderá ser retirado no mesmo endereço eletrônico. Recife, 26/04/2016. Nubia Ribeiro, Pregoeira Pública - CPU SEC/MULHER.

SECRETARIA DE SAÚDE DO

ESTADO DE PERNAMBUCO

COMISSÃO PERMANENTE DE

LICITAÇÃO DE SERVIÇOS - COPLE

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL LERADO

PROCESSO Nº 063/2016 - EDITAL LERADO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MEDIÇÕES E MONITORAMENTO DE RECALQUES, AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE FISSURAS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS DESCRITIVOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS E HOSPITAL E POLICLINICA JABOATÃO PRAZERES. Valor estimado dos serviços: R\$ 85.797,55 (oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Adesão dos envelopes de habilitação e recebimento dos envelopes de Proposta de Preço: 16/04/2016 às 10h. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos gratuitamente junto à COPLE/NÍVEL Central, situada a Rua Dona Maria Augusta Nogueira, Nº 516, Bonfim, Recife/PE, mediante apresentação de um pen-drive e do cartão de empresa ou através do site www.licitacoes.pe.gov.br. Recife, 26 de abril de 2016. RODRIGO MANCILHA DE FRANÇA - Presidente COPLE/SES - Nível Central.



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017 URB RECIFE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017 URB RECIFE

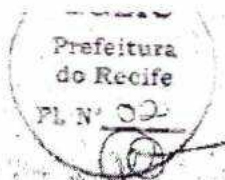
A AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB Recife, sita na Avenida Oliveira Lima, 867, Boa Vista, na cidade do Recife, inscrita no CNPJ/MF Nº 097.945.742/0001-64, neste ato, representada pelo seu Diretor Presidente, Senhor **João Alberto Costa Faria**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 316.231.314-72, portador da cédula de identidade nº 9.295.960 expedida pela SDS PE – Instituto Tavares Buril, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos Municipais: nº 22.592/2007; nº 27.070/2013; nº 27.300/2013; e nº 29.549/2016 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas legais pertinentes aplicáveis à espécie, e do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017 – URB Recife, procedem ao Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para, obedecidas as disposições contidas no instrumento convocatório e em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Presencial nº 001/2017 – CPL/URB**, vinculado ao **Processo Licitatório nº 004/2017**, resolve registrar o preço ofertado pela empresa **WALVICK LTDA. - EPP**, com Sede na Av. Conselheiro Aguiar Nº 4200, Edifício Vitrine, Loja 18, Boa Viagem, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP nº 51.021-020; CNPJ/MF nº 12.776.852/0001-54 neste ato representada legalmente pelo **Sr. Mauricio Mendes Cavalcanti**, portador do documento de identificação nº 2.282.789 – SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 377.940.604-78, que se faz presente para futuras contratações, declarando desde já que ratifica e se compromete a mantê-lo durante a vigência da Ata, consoante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o **REGISTRO DE PREÇOS**, sob o Regime de **EXECUÇÃO INDIRETO COM FORNECIMENTO PARCELADO COM EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, visando a eventual contratação da pessoa jurídica para prestação dos serviços de qualidade e quantidade descritos no Termo de Referência anexo do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017 – URB Recife, vinculado ao Processo Licitatório nº 004/2017, e a proposta de preços apresentada, a qual, independentemente de transcrição, faz parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie – **Lote: 1**.

LOTE 1 Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para eventual contratação parcelada dos **serviços de reprografia e correlatos**, visando atendimento de demanda na Autarquia de Urbanização do Recife, conforme condições, especificações e quantidades, constantes no Termo de Referência e condições previstas no Edital e seus anexos.





CLAUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE é o ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Art. 22, § 4º, do Decreto Municipal nº 27.070 de 10 de maio de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os órgãos e entidades, quando desejarem aderir a Ata de Registro de Preços, devem consultar o ÓRGÃO GERENCIADOR, que se manifestará sobre a possibilidade, fornecendo ou não a anuência para a referida adesão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Cabe também à EMPRESA DENTENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive às negociações promovidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, optar pela aceitação ou não da adesão de um órgão não participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras, assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR para os fornecimentos dos materiais, decorrentes da referida Ata.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Órgãos e Entidades não participantes, ao solicitarem a anuência para adesão à Ata de Registro de Preços, devem realizar pesquisa de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados.

PARÁGRAFO QUINTO: As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR.

PARÁGRAFO SEXTO: O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na referida Ata, para o ÓRGÃO GERENCIADOR, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos financeiros para atender as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, correrão por conta das disponibilidades orçamentárias e/ou financeiras dos órgãos e entidades da administração pública, participantes e não participantes do Sistema de Registro de Preços, sendo informados na ocasião de formalização do instrumento contratual, nos termos do Decreto Municipal nº 27.070 de 10 de maio de 2013 e respectivas alterações pelos Decretos nº 28.005/2014 e 29.249/2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária nº 5011.04.122.2.161.2.723.3.3.90.39 Fonte 100.

CLAUSULA QUINTA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total registrado para a contratação corresponde a R\$ 36.700,00 (trinta e seis mil e setecentos reais), assim distribuídos nos itens abaixo:





Prefeitura
do Recife

Fl. N° 03

GAJ/URB
Fls. 05

LOTE	ITEM	CADUS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	1	427	REDUÇÃO DE CÓPIA de A3 para Tamanho A4	UN	4000	0,20	800,00
	2	103	PLOTAGEM PAPEL SULFITE 75g PRETO E BRANCO	M²	1000	5,99	5.990,00
	3	103	PLOTAGEM PAPEL SULFITE COLORIDO	M²	1000	6,99	6.990,00
	4	103	PLOTAGEM PAPEL COLORIDO CHAPADO	M²	1000	9,90	9.900,00
	5	427	CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE PLANTAS Papel Sulfite 75g	M²	100	7,10	7.100,00
	6	427	REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CÓPIA DE PLANTAS	M²	400	7,00	2.800,00
	7	163	DIGITALIZAÇÃO DE PLANTAS	M²	1200	6,80	8.160,00
	8	440	ENCADERNAÇÃO DE IMPRESSOS, com acetato e espiral preto e/ou transparente em pvc de 51 a 100 folhas	UN	300	4,50	1.350,00
VALOR TOTAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS LOTE 1 (R\$)							36.700,00

PARÁGRAFO SEGUNDO: Estão inclusos no preço unitário todos os custos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, assim como frete, tributos e quaisquer outros encargos que incidam sobre o fornecimento dos materiais.

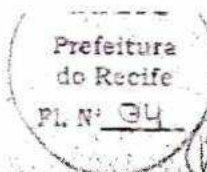
PARÁGRAFO TERCEIRO: Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA NA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituem obrigações da empresa registrada, além das constantes nos artigos 67, 69 e 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e “ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA” do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, vinculado ao Processo nº 004/2017 – URB RECIFE.

- O fornecedor de menor preço registrado deverá assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme condições estabelecidas no edital do Pregão Presencial nº 001/2017, vinculado ao Processo nº 004/2017 – URB Recife;
- É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;





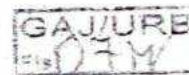
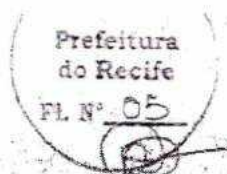
- c) A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido na alínea "a." acima, ensejara a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- d) Manter as mesmas condições de habilitação durante toda a vigência da ata;
- e) Comunicar, imediatamente e por escrito, ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer anormalidade verificada nos materiais, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- f) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independentemente de solicitação;
- g) Serão por conta da Contratada todas as obrigações sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias, bem como toda mão de obra, veículos, ferramentas, equipamentos técnicos e de segurança, seguros contra acidentes de trabalho específicos ao fornecimento dos materiais, e tudo o que for necessário à boa e eficaz execução;
- h) Responder por danos causados direta ou indiretamente à URB RECIFE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento desta Ata de Registro de Preços;
- i) Competirá única e exclusivamente à Contratada o pagamento de salários, horas extras e/ou noturnas, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais;
- j) Entregar os materiais com pontualidade e de acordo com as condições e especificações determinadas no Termo de Referência;
- k) Toda documentação produzida pela Contratada relativa ao fornecimento, deverá ser entregue ao Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da Gerenciadora da Ata:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços;
- b) Registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras da Prefeitura do Recife;
- c) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- d) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- e) Providenciar a publicação inicial do extrato da Ata de Registro de Preços;
- f) Autorizar os órgãos e entidades solicitantes a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;
- g) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
- h) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- i) Manter o controle dos quantitativos disponíveis para as possíveis adesões à referida Ata;
- j) Acompanhar a execução dos fornecimentos, por meio da Unidade Administrativa, da URB Recife;





- k) Prestar quaisquer esclarecimentos pertinentes ao objeto do presente Contrato, os quais venham a ser formalmente solicitados pela Contratada;
- l) Contatar a Contratada quando houver verificação de irregularidades durante e posteriormente a execução do contrato, para promover a devida regularização;
- m) Analisar e atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas e demais documentos necessários, para que os pagamentos possam ser efetuados, nos prazos estabelecidos;
- n) Emitir as Ordens de Compras após a formalização do contrato, autorizando assim, o início do fornecimento;
- o) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- p) Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas e penalidades a serem aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses improrrogáveis, contados da data de sua assinatura, produzindo seus efeitos após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os contratos originados da Ata de Registro de Preços terão prazo de vigência máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, dentro dos parâmetros estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a empresa vencedora, não assinar o contrato, é facultada a URB RECIFE, convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas no Instrumento Convocatório e também nesta Ata de Registro de Preços. E no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços serão executados de acordo com o "ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA" do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, vinculado ao Processo nº 004/2017 CPL/URB, observando-se os preços registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A FISCALIZAÇÃO e a assinatura do protocolo de recebimento dos materiais, bem como a orientação sobre a dinâmica a ser desenvolvida durante os fornecimentos visando à obtenção de melhores resultados, dentro dos prazos estabelecidos, serão feitas pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designará um servidor para ser Gestor do Contrato e este terá como atribuições e responsabilidades o estabelecido no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE poderá solicitar ao preposto da empresa a substituição de empregados que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embarçar ou dificultar o fornecimento.





Prefeitura
do Recife
Fl. N° 06

GAJURE
Fls. 08/17

PARÁGRAFO QUARTO: O recebimento dos materiais será efetuado mediante atesto no documento fiscal do faturamento por servidor designado pela Unidade Administrativa da URB Recife, ficando dispensados os termos de recebimento provisório e definitivo previstos no inciso II e parágrafo único do art. 74 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PAGAMENTOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento deverá ser efetuado à CONTRATADA, através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento definitivo do quantitativo efetivamente fornecido pela contratada, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Unidade de Almoxarifado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, cuja situação junto à CONTRATANTE esteja irregular e enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA é responsável pelos pagamentos de quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pela URB Recife, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira assim apurada:

$$I = (TX / 100) / 30$$

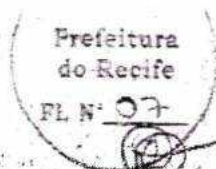
TX = Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma vez formalizado contrato, o reajuste dos preços poderá ocorrer na forma do item " DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E REAJUSTE" anexo ao Processo Licitatório nº 004/2017 – URB Recife, realizado na modalidade Pregão Presencial nº 001/2017.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços registrados nesta Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito nos termos do art. 17 e seguintes do Decreto Municipal n.º 27.070, de 10 de maio de 2013, além da ocorrência de qualquer dos motivos que se seguem:

a) Por iniciativa da Administração:

- I. Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente desta Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- II. Se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

b) Por iniciativa do fornecedor:

- I. Mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
- II. Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços;

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município do Recife, considerando-se cancelado o preço registrado;

PARÁGRAFO QUARTO: A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Gestora da Ata, facultando-se, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

PARÁGRAFO QUINTO: Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

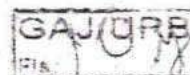
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Com fundamento no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual, e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município – SICREF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no edital, no contrato e demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As demais penalidades estarão estabelecidas no Contrato, a ser assinado, conforme minuta anexa ao Edital do Pregão Presencial n.º 001/2017 – URB RECIFE.

*





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O retardamento no fornecimento, objeto do certame, não justificado, considerar-se-á como infração contratual;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de comprovação de que o fornecimento prestado difere em qualquer aspecto do material registrado, a CONTRATANTE poderá exigir sua correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que tenha causado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

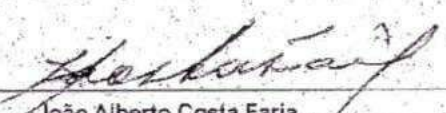
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento de Ata de Registro de Preços, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para único efeito de direito.

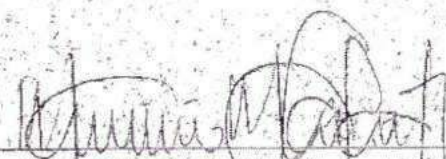
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Recife/PE, 31 de maio de 2017.


João Alberto Costa Faria

AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE.


Mauricio Mendes Cavalcanti
WALVICK LTDA - EPP





Prefeitura
do Recife

FL N° 09

GAU/URB

GAU/URB
Fis.

ANEXO "A" da ATA de REGISTRO de PREÇOS nº 006/2017 – URB Recife

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 006/2017, celebrada entre a Autarquia de Urbanização do Recife e a empresa WALVICK LTDA - EPP, cujos preços estão a seguir registrados, para o lote 1, em face da realização do Pregão Presencial nº 001/2017.

EMPRESA: WALVICK LTDA - EPP

CNPJ/MF Nº: 12.776.852/0001-54

FONE/FAX: 81.3326 8500

END.: Av. Conselheiro Aguiar Nº 4200, Edifício Vitrine, Loja 18, Boa Viagem, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP nº 51.021-020.

MAIL: walvickvendas@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: Sr. Maurício Mendes Cavalcanti

ESPECIFICAÇÕES DE CADA ITEM DO LOTE 1: Contratação parcelada dos serviços de reprografia e correlatos, CONFORME TABELA ABAIXO

LOTE	ITEM	CADUS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	01	427	REDUÇÃO DE CÓPIA de A3 para Tamanho A4	UN	4000	0,20	800,00
	02	103	PLOTAGEM PAPEL SULFITE 75g PRETO E BRANCO	M²	1000	5,99	5.990,00
	03	103	PLOTAGEM PAPEL SULFITE COLORIDO	M²	1000	6,99	6.990,00
	04	103	PLOTAGEM PAPEL COLORIDO CHAPADO	M²	1000	9,90	9.900,00
	05	427	CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE PLANTAS Papel Sulfite 75g	M²	100	7,10	7.100,00
	06	427	REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CÓPIA DE PLANTAS	M²	400	7,00	2.800,00
	07	163	DIGITALIZAÇÃO DE PLANTAS	M²	1200	6,80	8.160,00
	08	440	ENCADERNAÇÃO DE IMPRESSOS, com acetato e espiral preto e/ou transparente em pvc de 51 a 100 folhas	UN	300	4,50	1.350,00
VALOR TOTAL PARA REGISTRO DE PREÇOS (R\$)							36.700,00





EMPREL- EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMATICA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 009/2017**

**BETÂNIA MARIA MELO
DA SILVA - ME**



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018

Interessado: EMPREL

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na **EMPREL - Empresa Municipal de Informática**, situada à Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões, Recife - PE, reuniram-se o Presidente - em exercício, da **EMPREL**, Sr. **ALEXANDRE HERCULANO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, casado, Analista de Informática, inscrito no CPF/MF sob o nº 511.893.724-87, portador da Cédula de Identidade nº 2.898.369- SSP/PE e o Diretor de Administração e Finanças, Sr. **ALEXANDRE ANDRÉ MORAES FEITOSA**, brasileiro, casado, Bel. em Direito, inscrito no CPF/MF sob o nº 065.675.468-08, portador da Cédula de Identidade nº 4753.804- SSP/PE e a **BETÂNIA MARIA MELO DA SILVA - ME**, com sede à Rua Abatia, 159 Várzea, Recife - PE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.179.795/0001-23, neste ato representada pela Sra. **BETÂNIA MARIA MELO DA SILVA**, brasileira, casada, Administradora, inscrito no CPF/MF sob o nº 697.279.294-00, portadora da Cédula de Identidade nº 3.105.335- SDS-PE, para proceder, nos termos da Lei nº 10.520/2002 subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e Decretos Municipais nº 19.789/2003, 27.070/2013 e 29.549/2016 e do Edital do **Processo Licitatório nº 009/2017, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2017 - EMPREL**, cujo objeto é contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de condicionador de ar, instalação, manutenção preventiva e corretiva, de acordo com as condições, especificações e os quantitativos descritos no Anexo II - Termo de Referência deste Edital. A seguir, os valores homologados em nome da empresa acima citada.

INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA E SPLIT

Lote 11

ITEM 1 - INSTALAÇÃO DE SPLIT

QUANTIDADE	BTU's	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	12.000	310,00	3.100,00
20	18.000	320,00	6.400,00
06	30.000	670,00	4.020,00
VALOR TOTAL DA INSTALAÇÃO			R\$ 13.520,00

ITEM 2 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	60,00	60,00
JANELA	12.000 BTU's	31	60,00	1.860,00
JANELA	18.000 BTU's	12	65,00	780,00
JANELA	21.000 BTU's	04	70,00	280,00

EMPREL - Empresa Municipal de Informática

Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões - Recife/PE- CEP: 50761-350 Telefone: (81) 3355.7000

www.emprel.gov.br

Emprel



SPLIT	7.500 BTU's	02	90,00	180,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	120,00	2.520,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	130,00	4.550,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	140,00	560,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	145,00	1.450,00
			VALOR TOTAL R\$	12.240,00

ITEM 3 - MANUTENÇÃO CORRETIVA

DESCRIÇÃO/ SERVIÇOS: TROCA CONDENSADOR OU EVAPORADOR COM CARGA DE GÁS.

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	190,00	190,00
JANELA	12.000 BTU's	31	190,00	5.890,00
JANELA	18.000 BTU's	12	220,00	2.640,00
JANELA	21.000 BTU's	04	235,00	940,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	240,00	480,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	240,00	5.040,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	320,00	11.200,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	320,00	1.280,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	360,00	3.600,00
			VALOR TOTAL R\$	31.260,00

DESCRIÇÃO/ SERVIÇOS: TROCA DO COMPRESSOR COM CARGA DE GÁS

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	360,00	360,00
JANELA	12.000 BTU's	31	365,00	11.315,00
JANELA	18.000 BTU's	12	470,00	5.640,00
JANELA	21.000 BTU's	04	478,00	1.912,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	380,00	760,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	380,00	7.980,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	420,00	14.700,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	460,00	1.840,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	580,00	5.800,00
			VALOR TOTAL R\$	50.307,00

DESCRIÇÃO /SERVIÇOS: TROCA DE PLACA ELETRÔNICA (PEÇA E MÃO-DE- OBRA).

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	220,00	220,00
JANELA	12.000 BTU's	31	230,00	7.130,00
JANELA	18.000 BTU's	12	260,00	3.120,00

EMPREL - Empresa Municipal de Informática

Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões - Recife/PE- CEP: 50761-350 Telefone: (81) 3355.7000

www.emprel.gov.br

EMPRESA



JANELA	21.000 BTU's	04	320,00	1.280,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	280,00	560,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	290,00	6.090,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	320,00	11.200,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	360,00	1.440,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	420,00	4.200,00
VALOR TOTAL			R\$	35.240,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: APENAS APLICAÇÃO DE CARGA DE GÁS REFRIGERANTE E MÃO-DE-OBRA.

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	150,00	150,00
JANELA	12.000 BTU's	31	155,00	4.805,00
JANELA	18.000 BTU's	12	240,00	2.880,00
JANELA	21.000 BTU's	04	270,00	1.080,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	150,00	300,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	160,00	3.360,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	170,00	5.950,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	220,00	880,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	270,00	2.700,00
VALOR TOTAL			R\$	22.105,00

DESCRIÇÃO/SERVIÇOS: TROCA DE MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR DO MOTOR VENTILADOR DO CONDENSADOR COM MÃO-DE-OBRA:

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	240,00	240,00
JANELA	12.000 BTU's	31	260,00	8.060,00
JANELA	18.000 BTU's	12	320,00	3.840,00
JANELA	21.000 BTU's	04	360,00	1.440,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	245,00	490,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	260,00	5.460,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	290,00	10.150,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	340,00	1.360,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	380,00	3.800,00
VALOR TOTAL			R\$	34.840,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: TROCAS DAS DEMAIS PEÇAS COM MÃO-DE-OBRA:

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	75,00	75,00
JANELA	12.000 BTU's	31	75,00	2.325,00
JANELA	18.000 BTU's	12	75,00	900,00
JANELA	21.000 BTU's	04	75,00	300,00

EMPREL - Empresa Municipal de Informática

Rua 21 de Abril, 3370 - Iorróes - Recife/PE- CEP: 50761-350 Telefone: (81) 3355 7000

www.emprel.gov.br



SPLIT	7.500 BTU's	02	75,00	150,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	75,00	1.575,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	75,00	2.625,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	75,00	300,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	75,00	750,00
VALOR TOTAL			R\$	9.000,00

VALOR TOTAL DOS ITENS R\$ 208.512,00 (Duzentos e oito mil, quinhentos e doze reais)

CADUS:

- Instalação 12.000, 18.000 e 30.000 BTUS, Cadus nº 203;
- Manutenção preventiva e corretiva, Cadus nº 203.

Fica declarado, que os preços constantes na presente Ata, portanto registrados, são válidos pelo prazo de até 12 (doze) meses, de comum acordo entre as partes, contado da data de assinatura deste Instrumento.

As obrigações da Empresa Registrada e da **EMPREL**, condições gerais, assim como as penalidades encontram-se no Edital de embasamento do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2017.

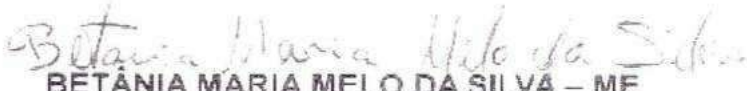
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.


EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA

Alexandre Herculano Moreira de Oliveira Júnior
Presidente em exercício


EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA

Alexandre André Moraes Feitosa
Diretor Administrativo e Financeiro


BETÂNIA MARIA MELO DA SILVA - ME

Betânia Maria Melo da Silva
Sócia Administrativa



EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMATICA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 009/2017**

**BETÂNIA MARIA MELO
DA SILVA - ME**



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018

Interessado: **EMPREL**

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na **EMPREL** - Empresa Municipal de Informática, situada à Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões, Recife - PE reuniram-se o Presidente - em exercício, da **EMPREL**, Sr. **ALEXANDRE HERCULANO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, casado, Analista de Informática, inscrito no CPF/MF sob o nº 511.893.724-87, portador da Cédula de Identidade nº 2.898.369- SSP/PE e o Diretor de Administração e Finanças, Sr. **ALEXANDRE ANDRÉ MORAES FEITOSA**, brasileiro, casado, Bel. em Direito, inscrito no CPF/MF sob o nº 065.675.468-08, portador da Cédula de Identidade nº 4753.804- SSP/PE e a **BETÂNIA MARIA MELO DA SILVA - ME**, com sede à Rua Abatia, 159, Várzea, Recife - PE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.179.795/0001-23, neste ato representada pela Sra. **BETÂNIA MARIA MELO DA SILVA**, brasileira, casada, Administradora, inscrito no CPF/MF sob o nº 697.279.294-00, portadora da Cédula de Identidade nº 3.105.335 - SDS-PE, para proceder, nos termos da Lei nº 10.520/2002 subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e Decretos Municipais nº 19.789/2003, 27.070/2013 e 29.549/2016 e do Edital do **Processo Licitatório nº 009/2017, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2017 - EMPREL**, cujo objeto é contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de condicionador de ar, instalação, manutenção preventiva e corretiva, de acordo com as condições, especificações e os quantitativos descritos no Anexo II - Termo de Referência deste Edital. A seguir, os valores homologados em nome da empresa acima citada.

INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA E SPLIT

Lote 11

ITEM 1 - INSTALAÇÃO DE SPLIT

QUANTIDADE	BTU's	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	12.000	310,00	3.100,00
20	18.000	320,00	6.400,00
06	30.000	670,00	4.020,00
VALOR TOTAL DA INSTALAÇÃO			R\$ 13.520,00

ITEM 2 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	60,00	60,00
JANELA	12.000 BTU's	31	60,00	1.860,00
JANELA	18.000 BTU's	12	65,00	780,00
JANELA	21.000 BTU's	04	70,00	280,00

EMPREL - Empresa Municipal de Informática
Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões - Recife/PE- CEP: 50761-350 Telefone: (81) 3355.7000
www.emprel.gov.br

EMPRESA
ASSINADA



SPLIT	7.500 BTU's	02	90,00	180,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	120,00	2.520,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	130,00	4.550,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	140,00	560,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	145,00	1.450,00
			VALOR TOTAL R\$	12.240,00

ITEM 3 - MANUTENÇÃO CORRETIVA

DESCRIÇÃO/ SERVIÇOS: TROCA CONDENSADOR OU EVAPORADOR COM CARGA DE GÁS.

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	190,00	190,00
JANELA	12.000 BTU's	31	190,00	5.890,00
JANELA	18.000 BTU's	12	220,00	2.640,00
JANELA	21.000 BTU's	04	235,00	940,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	240,00	480,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	240,00	5.040,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	320,00	11.200,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	320,00	1.280,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	360,00	3.600,00
			VALOR TOTAL R\$	31.260,00

DESCRIÇÃO/ SERVIÇOS: TROCA DO COMPRESSOR COM CARGA DE GÁS

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	360,00	360,00
JANELA	12.000 BTU's	31	365,00	11.315,00
JANELA	18.000 BTU's	12	470,00	5.640,00
JANELA	21.000 BTU's	04	478,00	1.912,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	380,00	760,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	380,00	7.980,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	420,00	14.700,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	460,00	1.840,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	580,00	5.800,00
			VALOR TOTAL R\$	50.307,00

DESCRIÇÃO /SERVIÇOS: TROCA DE PLACA ELETRÔNICA (PEÇA E MÃO-DE- OBRA)

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	220,00	220,00
JANELA	12.000 BTU's	31	230,00	7.130,00
JANELA	18.000 BTU's	12	260,00	3.120,00



JANELA	21.000 BTU's	04	320,00	1.280,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	280,00	560,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	290,00	6.090,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	320,00	11.200,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	360,00	1.440,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	420,00	4.200,00
VALOR TOTAL			R\$	35.240,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: APENAS APLICAÇÃO DE CARGA DE GAS REFRIGERANTE E MÃO-DE-OBRA.

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	150,00	150,00
JANELA	12.000 BTU's	31	155,00	4.805,00
JANELA	18.000 BTU's	12	240,00	2.880,00
JANELA	21.000 BTU's	04	270,00	1.080,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	150,00	300,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	160,00	3.360,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	170,00	5.950,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	220,00	880,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	270,00	2.700,00
VALOR TOTAL			R\$	22.105,00

DESCRIÇÃO/SERVIÇOS: TROCA DE MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR OU MOTOR VENTILADOR DO CONDENSADOR COM MÃO-DE-OBRA:

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	240,00	240,00
JANELA	12.000 BTU's	31	260,00	8.060,00
JANELA	18.000 BTU's	12	320,00	3.840,00
JANELA	21.000 BTU's	04	360,00	1.440,00
SPLIT	7.500 BTU's	02	245,00	490,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	260,00	5.460,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	290,00	10.150,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	340,00	1.360,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	380,00	3.800,00
VALOR TOTAL			R\$	34.840,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: TROCAS DAS DEMAIS PEÇAS COM MÃO-DE-OBRA:

EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO (TIPO)	CAPACIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
JANELA	10.000 BTU's	01	75,00	75,00
JANELA	12.000 BTU's	31	75,00	2.325,00
JANELA	18.000 BTU's	12	75,00	900,00
JANELA	21.000 BTU's	04	75,00	300,00

EMPREL - Empresa Municipal de Informática

Rua 21 de Abril, 3370 - Torreões - Recife/PE- CEP: 50761-350 Telefone: (81) 3355.7000

www.emprel.gov.br

Emprel



Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO
Acesse em: <https://cfe.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: aa3730b6-ca04-4f95-9e8f-80624ab20320

SPLIT	7.500 BTU's	02	75,00	150,00
SPLIT	12.000 BTU's	21	75,00	1.575,00
SPLIT	18.000 BTU's	35	75,00	2.625,00
SPLIT	24.000 BTU's	04	75,00	300,00
SPLIT	30.000 BTU's	10	75,00	750,00
VALOR TOTAL			R\$	9.000,00

VALOR TOTAL DOS ITENS R\$ 208.512,00 (Duzentos e oito mil, quinhentos e doze reais)

CADUS:

- Instalação 12.000, 18.000 e 30.000 BTUS, Cadus nº 203;
- Manutenção preventiva e corretiva, Cadus nº 203.

Fica declarado, que os preços constantes na presente Ata, portanto registrados, são válidos pelo prazo de até 12 (doze) meses, de comum acordo entre as partes, contado da data de assinatura deste Instrumento.

As obrigações da Empresa Registrada e da **EMPREL**, condições gerais, assim como as penalidades encontram-se no Edital de embasamento do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2017.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA

Alexandre Herculano Moreira de Oliveira Júnior
Presidente em exercício

EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA

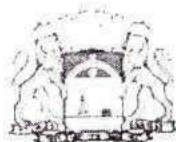
Alexandre André Moraes Feitosa
Diretor Administrativo e Financeiro

BETÂNIA MARIA MELO DA SILVA - ME

Betânia Maria Melo da Silva
Sócia Administrativa

EMPREL - Empresa Municipal de Informática
Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões - Recife/PE- CEP: 50761-350 Telefone: (81) 3355.7000
www.emprel.gov.br

Extraído do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 0182/2016. Aditará vigência do Contrato nº 0182/2016, decorrente do Processo nº 024/2016, na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2015 - CPU/COR, que tem por objeto a prestação de serviços de consultoria técnica especializada em prevenção e combate a incêndio e a realização de primeiros socorros, para atuação em eventos de caráter recreativo, esportivo, político e outros eventos realizados e agendados pela CONTRATANTE, por 60 (sessenta) dias, a partir da homologação da proposta, com o seguinte cronograma de vigência: 01/01/2016 a 31/03/2016, 01/04/2016 a 30/06/2016 e 01/07/2016 a 30/09/2016. A vigência do contrato, conforme especificações constantes na CLT, é de 01/09/2015 à Divisão de Produção de Eventos da FCCR, Contratada COOPREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.775.346/0001-23, Nova Via, Vigência: 23/03/2016 a 22/03/2016 ou até a conclusão do Processo Licitatório com o mesmo objeto da contratação. Recebe/Recebe 23/03/2016. Doutor Rocha, Diretor Presidente.



PREFEITURA DO RECIFE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SECRETARIA-EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD
GERÊNCIA-GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – GGLIC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS CORPORATIVAS – CPLCC

Secretaria de Saneamento do Recife

000023

Ata de Registro de Preços nº 012/2018

Processo Licitatório nº 006/2017 Pregão Eletrônico nº 006/2017 - CPLCC

Interessado(s): Órgãos e Entidades da Prefeitura do Recife

Órgão Gerenciador: Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas.

O MUNICÍPIO DO RECIFE, CNPJ nº 10.565.000/0001-92, com sede no Palácio Prefeito Antônio Farias, sito no Cais do Apolo, 925, bairro do Recife, Recife/PE, através da **Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas**, representada por seu Secretário Executivo de Administração e Gestão de Pessoas - **CARLOS EDUARDO MUNIZ PACHECO**, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, inscrito no CPF sob o nº 454.865.574-4, portador da cedula de identidade nº 1.564.805 SSP/PE e, do outro lado a Empresa **LOCSERV – LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, com sede na Travessa Ribeiro Roma, nº 100, Cordeiro - Recife/PE, CEP 50.711-160, CNPJ nº 07.812.107/0001-83, neste ato representado pelo Sr. **CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA FILHO**, CPF 973.993.534-68, procedem ao Registro de Preços, nos atos (01 e 08), conforme especificações e condições previstas no Edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, dos Decretos Municipais nºs 22.592/2007, 27.070/2013, 27.491/2016 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prestação de serviço de locação de veículos, sem combustível e sem motorista, com manutenção preventiva e corretiva, para realização dos deslocamentos das autoridades e servidores responsáveis da Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Recife.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - Indireta, empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto licitado será executado de acordo com os termos fixados no Termo de Referência.

DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA - O cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços (Anexo 2) contém o registro dos licitantes que oferecerem o melhor preço registrado com preços iguais ao do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, visando a eventual contratação, no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas na cláusula nona desta Ata.

PARÁGRAFO ÚNICO - A habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro reserva a que se refere esta cláusula será efetuada na convocação quando houver necessidade de contratação nas hipóteses previstas no Decreto 27.070/2013, arts. 10 e 13.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUINTA - Constituem obrigações do **GERENCIADOR** da Ata de Registro de Preços:

1- Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Esta Ata não obriga o Município do Recife a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto desta Ata, observadas as legislações pertinentes, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA - Constituem obrigações do **FORNECEDOR**:

1- Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar a presente



PREFEITURA DO RECIFE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SECRETARIA-EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD
GERÊNCIA-GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – GGLIC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS CORPORATIVAS – CPLCC

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO - A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município do Recife, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital.

PARÁGRAFO QUINTO - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o Município do Recife poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA - Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este não prejudique as obrigações assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, no total, de, em dado, o cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As adesões à ata, eventualmente realizadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, no total, de, em dado, o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUARTO - Ao órgão não participante que aderir à ata compete os atos relativos à cobrança do preço pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação aos atos de cumprimento, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

DO REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS DOS ITENS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Nas atas de registro de preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do presente licitatório para registro de preços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O remanejamento de que trata esta cláusula poderá ser feito de órgão participante para órgão participante ou não participante.

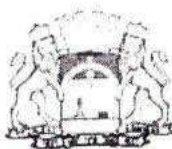
PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula décima.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para efeito do disposto nesta cláusula, caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja redução do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

PARÁGRAFO QUARTO - A Administração Pública Municipal poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste subitem e automatizar procedimentos de controle e gerenciamento dos atos dos órgãos e entidades envolvidas.



00002



**PREFEITURA DO
RECIFE**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SECRETARIA-EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD
GERÊNCIA-GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – GGLIC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS CORPORATIVAS – CPLCC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018 – ANEXO I

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 012/2018, celebrada entre o Município do Recife e a empresa vencedora do certame cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Eletrônico 006/2017 CPLCC.

EMPRESA: LOCSERV - LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 07.812.107/0001-83
REPRESENTANTE: CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA FILHO.

PHONE: (81) 3226-8080 / 3226-8073

E-MAIL: locservloc@hotmail.com

Lotes	Descrição do item	Marca/Modelo	CAD US	Quant.	Preço Unit. Mensal	Preço Unit. Anual	Preço Total Anual
01	VEÍCULO TIPO HATCH, AUTOPASSAGEIO, 04 PORTAS, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, VIBROSSE TRAVAS ELÉTRICAS, CÓDIGO COM RESTRICÇÃO DE VELOCIDADE NO MÍNIMO 180KM/H SUSPENSÃO DOX, RADIO AM FM, RECOMBESTÍVEL (ETANOL GASOLINA), PORTAS MALAS COM NO MÍNIMO 28 LITROS, MOTOPORTE 1500 CM3, ANO DE FABRICAÇÃO MODULO 2017.00 SUPERIOR, ZERO KM (NOVO DE PRIMEIRO USO)	GOL LOW	370	206	R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).	R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).	R\$ 3.460.800,00 (Três milhões, quatrocentos e sessenta mil e oitocentos reais).
08	MOTOCICLETA DE ASFALTO/ TERRA, PARA USO EM TERRENOS IRREGULARES,	HONDA XRE 300	368	56	R\$ 1.393,45 (Um mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e	R\$ 16.721,42 (Dezesseis mil, setecentos e vinte um reais e quarenta e dois centavos).	R\$ 936.390,52 (Novecentos e trinta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).



PREFEITURA DO RECIFE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SECRETARIA-EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD
GERÊNCIA-GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – GGLIC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS CORPORATIVAS – CPLCC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018 – ANEXO 2

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 012/2018, referente aos licitantes abaixo listados que aceitaram cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, por item/lote, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 006/2017 CPLCC.

LOTE 1 – VEÍCULO TIPO HATCH

1. EMPRESA: LOCAMIL SERVIÇOS EIRELI LTDA – CNPJ 02.743.288/0001-10
REPRESENTANTE: HENRIQUE RAFAEL DA SILVA SOUTO MAIOR
FONE: 91-3204-7118 E-MAIL: licitacao@locarautonet.com.br
2. EMPRESA: CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA – CNPJ 10.965.693/0001-00
REPRESENTANTE: WILLIAM OCHIULINI LAVIOLA
FONE: 11-2377-8068 E-MAIL: licitacoes@esbrasilservicos.com.br

LOTE 8 – MOTOCICLETA

1. EMPRESA: LOCAMIL SERVIÇOS EIRELI LTDA – CNPJ 02.743.288/0001-10
REPRESENTANTE: HENRIQUE RAFAEL DA SILVA SOUTO MAIOR
FONE: 91-3204-7118 E-MAIL: licitacao@locarautonet.com.br
2. EMPRESA: COUTINHO LOCACOES DE VEICULOS LTDA EPP – CNPJ 04.768.377/0001-46
REPRESENTANTE: ALESSANDRA HERIKA SILVA DE OLIVEIRA COUTINHO
FONE: 81-3428-7162 E-MAIL: coutinhat.loc@gmail.com

[illegible]



0000

Documento Assinado Digitalmente por: OSCAR PAES BARRETO NETO
 Acesso em: https://cve.ce.gov.br/cpv/validarDocumento?codigo=ba3720b6-ca04-4f95-9e8f-806244b20320

Jacira Ferreira Alves - Representante da Contratada:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018, disponível em: www.recife.pe.gov.br/portal/pdgo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e alterações, e dos Decretos Municipais nºs 19.205/2002, 20.573/2004 e 22.592/2005. OBJETO: Prestação de serviços de locação de veículos sem condutor e sem motorista, com manutenção preventiva e corretiva, para realização dos deslocamentos das autoridades e servidores responsáveis da Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Recife. LOTES 01 e 02. VALOR GLOBAL: R\$ 4.387.189,52 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos). Fornecedor: LOCASERV, LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. VALIDADE: 12 meses a contar da data da assinatura em 26/02/2018. Recife, 10 de julho de 2018. Carlos Eduardo Muniz Pacheco - Secretário de Planejamento, Administração e Gestão de Recursos Humanos e Carlos Frederico de Almeida Filho - Representante da Contratada.

Secretaria de Finanças
Secretário RICARDO DANTAS

PORTARIA Nº 25, DE 10 DE JULHO DE 2018
 O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso das atribuições legais,
 RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora HELIANA NEVES TIMES DE CARVALHO, Mat. 72.423-2, Gerente de Administração Setorial, CPF 430.250.214-72, domiciliada na Rua Tenente João Cícero, 800/206, Boa Viagem, Recife/PE, e-mail funcional: heliana@recife.pe.gov.br, para representar o Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária, como gerenciador do sistema, na Operação do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade - SAGRES, módulo Licitação e Contratos - LICON.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA
 Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 26, DE 10 DE JULHO DE 2018
 O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município do Recife,
 RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado para exercer a função de Secretário de Finanças, a partir de 12 de junho de 2018, o cargo de Chefe de Setor de Gerenciamento Financeiro, durante o período de 12 de junho de 2018 a 10 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira
 Secretário de Finanças
 EMPREL - Empresa Municipal de Informática

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato
 Processo: Nº 001/2017
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Natureza/Objeto: Serviços de manutenção e suporte das licenças do software de BPM/Agilis
 Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Original, por mais 12 meses, permanecendo o mesmo valor contratual, conforme anexo e na imagem.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico Nº 001/2017
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

Procuradoria Geral do Município
RICARDO CORREIA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO Nº 43 DE 11/07/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, EM REGIME DE RESSARCIMENTO, Nº 001/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RECIFE (CEDENTE) E O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Base Legal: Lei nº 14.728/2005, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife, e pelo Decreto Municipal nº 21.097/2005.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ/BENEFICIÁRIO.
 Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Original, por mais 12 meses, permanecendo o mesmo valor contratual, conforme anexo e na imagem.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, EM REGIME DE RESSARCIMENTO, Nº 001/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RECIFE (CEDENTE) E O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Base Legal: Lei nº 14.728/2005, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife, e pelo Decreto Municipal nº 21.097/2005.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ/BENEFICIÁRIO.
 Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Original, por mais 12 meses, permanecendo o mesmo valor contratual, conforme anexo e na imagem.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, EM REGIME DE RESSARCIMENTO, Nº 001/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RECIFE (CEDENTE) E O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Base Legal: Lei nº 14.728/2005, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife, e pelo Decreto Municipal nº 21.097/2005.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ/BENEFICIÁRIO.
 Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Original, por mais 12 meses, permanecendo o mesmo valor contratual, conforme anexo e na imagem.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, EM REGIME DE RESSARCIMENTO, Nº 001/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RECIFE (CEDENTE) E O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Base Legal: Lei nº 14.728/2005, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife, e pelo Decreto Municipal nº 21.097/2005.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ/BENEFICIÁRIO.
 Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Original, por mais 12 meses, permanecendo o mesmo valor contratual, conforme anexo e na imagem.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO CONTRATO DE COTA PATROCÍNIO Nº 3501.19.2018, FIRMADO EM 07 DE JUNHO DE 2018.
 Base Legal: Art. 22 da Lei nº 8.666/93.
 Processo: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 058/2018, publicado em 07 de 2018.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O INSTITUTO INCENTIVA.
 Objeto: Prestação de serviços de manutenção e suporte das licenças do software de BPM/Agilis.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO CONTRATO DE COTA PATROCÍNIO Nº 3501.19.2018, FIRMADO EM 07 DE JUNHO DE 2018.
 Base Legal: Art. 22 da Lei nº 8.666/93.
 Processo: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 058/2018, publicado em 07 de 2018.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O INSTITUTO INCENTIVA.
 Objeto: Prestação de serviços de manutenção e suporte das licenças do software de BPM/Agilis.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 201.03.2018 FIRMADO EM 31 DE MAIO DE 2018.
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo: Dispensa de Licitação nº 002/2018, publicado em 02 de 2018.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e A COLUNEA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.
 Objeto: Prestação de serviços especializados na prestação de serviços especializados de Engenharia para Gestão de Recursos Humanos, em regime de prestação de serviços, com execução de ações de Defesa Civil, para áreas de risco ou atingidas por desastres de cunho natural, e para as atividades dos serviços que possam fazer parte integrante desse instrumento, independente da finalidade.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 44.903,50 (quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 201.03.2018 FIRMADO EM 31 DE MAIO DE 2018.
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo: Dispensa de Licitação nº 002/2018, publicado em 02 de 2018.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e A COLUNEA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.
 Objeto: Prestação de serviços especializados na prestação de serviços especializados de Engenharia para Gestão de Recursos Humanos, em regime de prestação de serviços, com execução de ações de Defesa Civil, para áreas de risco ou atingidas por desastres de cunho natural, e para as atividades dos serviços que possam fazer parte integrante desse instrumento, independente da finalidade.
 Contrato: ATU Nº 001/2017
 Prazo de vigência: 12 (doze) meses
 Valor Global: R\$ 44.903,50 (quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
 Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

0308 - Operações de Crédito
 Notas de Empenho nºs 2018.00112 e 2018.00115
 Recurso Financeiro: Operações de Crédito - Swas Educação

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 3501.19.2018, FIRMADO EM 15 DE JUNHO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 22 do Decreto Municipal nº 27.070, de 10 de maio de 2013, e Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.

Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER E A APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA.
 Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços temporizados continuados, com o fornecimento de pessoal qualificado, para atender as necessidades da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, conforme especificações e condições previstas no Termo de Referência, e na proposta da CONTRATADA, conforme abaixo.

LOTE	ESPECIFICAÇÕES	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Apoio Técnico Administrativo 1	55	05	275,00	15.125,00
02	Apoio Técnico Administrativo 2	49	10	490,00	24.010,00
04	Apoio Técnico Administrativo 4	542	06	3.252,00	17.732,40

VALOR GLOBAL: R\$ 56.867,40

Prazo: De 12 (doze) meses, tendo como termo inicial o dia 21.06.2018 e termo final o dia 20.06.2019.
 Preço Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, EM REGIME DE RESSARCIMENTO Nº 001/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ABRU E LIMAPE E O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Base Legal: Lei nº 14.728/2005, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife, e pelo Decreto Municipal nº 21.097/2005.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE ABRU E LIMAPE (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A cessão das atividades entre o Município do Recife (CEDENTE) e o Município de Abru e LimaPE (BENEFICIÁRIO) o ressarcimento das despesas, pagamento de vencimentos, salários, vantagens, encargos sociais, conforme anexo e na imagem.

Obriga-se a preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregado deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido.						
O empregador deve preencher este formulário em caso de cessão de direitos de trabalho, para fins de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador, sob pena de						

Dotação Orçamentária: Os recursos alocados para a cessão, são provenientes de fontes e Dotações próprias do CESSIONÁRIO e seus órgãos.
 Recursos Financeiros: Os ônus pelas despesas dos vencimentos, vantagens e encargos sociais dos servidores cedidos, deverão ser suportados pelo CESSIONÁRIO.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 350, CELEBRADO EM 10 DE DEZEMBRO DE 2017.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE IMPRENSA E A EMPRESA ARQUI VIDEO LDA.
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 351, CELEBRADO EM 20 DE DEZEMBRO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 175, CELEBRADO EM 27 DE MAIO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 175, CELEBRADO EM 27 DE MAIO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 175, CELEBRADO EM 27 DE MAIO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 175, CELEBRADO EM 27 DE MAIO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 175, CELEBRADO EM 27 DE MAIO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 175, CELEBRADO EM 27 DE MAIO DE 2018.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 3501.19.2018.161.2.723 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.37 - Fonte: 100
 Nota de Empenho: Nº 2018.00800
 Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários - Não Vinculados

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL Nº 174, CELEBRADO EM 31 DE MARÇO DE 2014.
 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
 Base Legal: Art. 17, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
 Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2018, Processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2017.
 Contrantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS (CEDENTE) e O MUNICÍPIO DE CARANGÁ (BENEFICIÁRIO).
 Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, tendo como termo inicial o dia 31/03/2014 e termo final o dia 31/03/2019.

Valor Global: R\$ 1.044.068,40 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
 Dotação Orçamentária: Nº 1401.32.0361.1206.2.0178 - Elemento de Despesa Nº 3.3.90.38 - Fonte: 0112



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

Ata de Registro de Preços nº 019/2018

Processo Licitatório nº 012/2018 Pregão Eletrônico nº 012/2018 - CPLS

Interessado(s): Órgãos e Entidades da Prefeitura do Recife

Órgão Gerenciador: Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas.

O MUNICÍPIO DO RECIFE, CNPJ nº 10.565.000/0001-92, com sede no Palácio Prefeito Antônio Farias, sito no Cais do Apolo, 925, bairro do Recife, Recife/PE, através da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas, representada por seu Secretário Executivo de Administração e Gestão de Pessoas - **CARLOS EDUARDO MUNIZ PACHECO**, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, inscrito no CPF sob o nº 454.865.574-4, portador da cédula de identidade nº 1.564.805 SSP/PE e, do outro lado a Empresa **SUPER ESTÁGIOS LTDA - EPP**, com sede na Praia do Flamengo, nº 66, Edif. Flamengo Park Tower, bloco b, sala 6 - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.210.903, CNPJ nº 11.320.576/0001-52, neste ato representado pelo **Sra. Poliana Modenesi Ferraz**, CPF 099.724.757-60, doravante denominada **DETENTORA DA ATA** nos termos das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, dos Decretos Municipais nºs 22.592/2007, 27.070/13, 27.300/13, Instrução de Serviços 001/2012 - DGLC e do Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2018 - CPLS, procedeu com processo licitação na modalidade de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios e operacionalização do Programa de Estágio de Estudantes da Prefeitura da Cidade do Recife, 02 (dois) LOTES, visando atender estudantes do ensino médio e superior, vinculados à estrutura do ensino público ou privado do país, para preenchimento de oportunidades de estágio ofertados pelos órgãos da Administração Direta da Prefeitura do Recife, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos, solicitado através da CI nº 260/2018-GEAFI/SEPLAGP.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto desta ata o Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios e operacionalização do Programa de Estágio de Estudantes da Prefeitura da Cidade do Recife, 02 (dois) LOTES, visando atender estudantes do ensino médio e superior, vinculados à estrutura do ensino público ou privado do país, para preenchimento de oportunidades de estágio ofertados pelos órgãos da Administração Direta da Prefeitura do Recife, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos.

DO REGIME DE EXECUÇÃO - Regime de execução indireta através empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto licitado será fornecido de acordo com os termos fixados nos itens "DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS" e "DOS PRAZOS DAS ATIVIDADES" do Termo de Referência.

DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cais do Apolo, 925 Recife Pernambuco CEP: 50.030-903
Fone: (81) 3355-8577 www.recife.pe.gov.br



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

CLÁUSULA TERCEIRA – O cadastro reserva desta Ata (Anexo II) nos termos do art. 11, inciso I do Decreto nº 27.070/2013, contém o registro dos licitantes que aceitaram cotar o bem registrado com preços iguais ao do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, visando à eventual contratação, no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas na **cláusula oitava** dessa Ata.

Parágrafo Único - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere essa cláusula será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas na **cláusula oitava** dessa Ata.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I. Aprovar as etapas de prestação dos serviços, desde o planejamento até a sua efetiva concretização;
- II. A **CONTRATANTE** deverá controlar a assiduidade e a pontualidade dos estagiários, enviando relatório de frequência mensal ao Setor responsável;
- III. Entregar termo de realização do estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, por ocasião do desligamento do estagiário;
- IV. Zelar pelo aprendizado do estagiário, orientando-lhe e atribuindo-lhe serviços no interesse da Administração Pública e da sua área de formação acadêmica;
- V. Realizar a seleção dos candidatos entre os estudantes encaminhados pela **CONTRATADA**;
- VI. Encaminhar à **CONTRATADA** os estudantes selecionados, com informações sobre a data do início do estágio, horário, duração e valor da bolsa de estágio e unidade onde se realizará o estágio;
- VII. Cada Órgão/Secretaria (**CONTRATANTE**), através da Chefia Imediata, deverá controlar e responsabilizar-se pela formação profissional, inclusive quanto ao comportamento no ambiente de trabalho, a produtividade e apresentação pessoal dos estagiários;
- VIII. Cabe a **GESTÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE**:

- a) Coordenar o Programa de Estágio da Prefeitura do Recife (Decreto nº 27.716 de 31 de Janeiro de 2014);
- b) Supervisionar o funcionamento dos estágios em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Recife, sob nossa responsabilidade;
- c) Assinar os Termos de Compromisso de Estágios e demais Aditivos, depois de verificada a regularidade quanto a sua formalização e demais dados pessoais, quantitativos e valores;
- d) Fornecer à **CONTRATADA** o número de vagas por área de atividades e por unidade administrativa do **CONTRATANTE**;
- e) Enviar à **CONTRATADA** as solicitações de candidatos à oportunidade de estágio;
- f) Definir os procedimentos para a operacionalização do Programa de Estágio na Prefeitura do Recife.

Cas do Apolo, 925 Recife Pernambuco CEP: 50.030-903
Fone: (81) 3355-8577 www.recife.pe.gov.br



**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS**

g) Organizar os instrumentos para acompanhamento e controle dos estágios, a partir, inclusive, dos relatórios de estágio enviados pelos órgãos contratantes.

IX- Comunicar, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes à liquidação da despesa deste Contrato.

X- Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela CONTRATADA;

XI- Fazer publicar na imprensa oficial, os extratos das atas, dos respectivos contratos e seus eventuais aditivos.

XII- É reservado ao CONTRATANTE, sem restringir a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços executados, diretamente ou por prepostos designados.

XIII- Compete à CONTRATANTE a designação, mediante Termo específico, do servidor responsável para exercer a fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhe informar à CONTRATADA sobre eventuais vícios ou irregularidades, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observadas, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

XIV- A CONTRATADA será notificada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

XV- O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a legislação ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa.

XVI- O servidor designado deverá tomar ciência de sua incumbência de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior.

XVII- O servidor designado deverá anotar em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da licitante vencedora em saná-las no prazo de no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

XVIII- Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços.

XIX - Demais obrigações estão contidas no Termo de Referência anexo ao edital.

CLÁUSULA QUINTA – Constituem obrigações da CONTRATADA:

I- Divulgação dos processos seletivos para preenchimento das oportunidades de estágio na PCR. A divulgação ocorrerá por meio de comunicação às instituições de ensino, por meio eletrônico (web, email, etc.) e por meio de veículos de comunicação (jornais e revistas).



**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS**

- II- Recebimento de inscrições de processos seletivos por meio de plataforma web, se disponível essa tecnologia na empresa.
- III- Análise de dados cadastrais dos estudantes que compõem o Programa de Estágio da PCR;
- IV- Emissão de Termos de Compromisso de Estágio a todos os estudantes vinculados ao Programa;
- V- Contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos estudantes que integram o Programa;
- VI- Atendimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, das demandas de novas contratações, conforme a necessidade da CONTRATANTE, manifestada por meio de documento impresso ou eletrônico, como ofício, carta, mensagem eletrônica ou formulário específico;
- VII- Atendimento, a qualquer tempo, das demandas de desligamentos de estudantes, ocorridos nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, conforme a necessidade da CONTRATANTE, manifestada por meio de documento impresso ou eletrônico, como ofício, carta, mensagem eletrônica ou formulário específico;
- VIII- Atendimento, a qualquer tempo, das demandas de alteração nos termos de compromisso de estágio;
- IX - Emissão de termos aditivos de prorrogação de estágio de acordo com o período de vigência dos termos de compromisso e entregue com antecedência mínima de 20 dias do vencimento de contrato; e,
- X - Comunicação ao CONTRATANTE, com periodicidade diária, de processos pendentes e de quebras de vínculo entre o estudante e a instituição de ensino.
- XI- Cadastrar estudantes, de forma presencial e via web, através de portal na internet da CONTRATADA.
- XII- Manter cadastro atualizado dos estudantes, bem como as informações referentes aos estágios.
- XIII- Disponibilizar cadastro atualizado referente ao estágio, via web, para acesso da CONTRATANTE das informações e download da base de dados com exportação em formato de planilha eletrônica, compatível com Microsoft Excel, BrOffice Calc, Libre office ou Open office, com acesso através de login e senha, no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato.
- XIV- Manter cadastro atualizado dos estudantes, via web, para acesso da CONTRATANTE das informações e download da base de dados com exportação em formato de planilha eletrônica, compatível com Microsoft Excel, BrOffice Calc, Libre office ou Open office, através de login e senha, no mínimo, por 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual.
- XV - O referido cadastro e as demais atualizações deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: Dados do Contratante; Unidade de Lotação do Estágio; Local do Estágio; Estagiário: Nome, Endereço, Dados Pessoais, Contatos; Nível de Ensino e Período; Nome e Contatos do Supervisor do Estágio; Nome e Contato do Orientador de Estágio; Coordenador do Curso; Instituição de Ensino: Nome, Informações, Endereço, Contatos e Representantes; Agente de Integração: Nome, Informações, Endereço, Contatos e Representantes; Número do Termo de Compromisso de Estágio; Data da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio; Vigência do Termo de Compromisso de Estágio; Horário do Estágio; Descrição das Atividades do Estágio; Número do(s) Termo(s) Aditivo; Vigência do(s) Termo(s) Aditivo; Objeto(s) do(s) Termo(s) Aditivo; Data da Rescisão do Estágio; Data do Cancelamento do Estágio; Duração do Estágio; Tempo de Recurso do Estágio, Data de Início do Recurso; e Data do Término do Recurso.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

XVI- Cada CONTRATANTE deverá ter acesso ao portal na internet da CONTRATADA deverá ocorrer através do login e senha exclusiva, exceto o gestor do Programa de Estágio da Prefeitura da Cidade do Recife, que deverá possuir acesso geral as informações de todos os CONTRATANTES.

XVII- O Portal da CONTRATADA deverá permitir ao CONTRATANTE a consulta, por CPF do estagiário, sem prejuízo a outras formas de consulta.

XVIII- Disponibilizar banco de dados específicos, em meio eletrônico, tanto para o órgão ou entidade atendida pela CONTRATADA quanto para os candidatos cadastrados, que permita a divulgação das oportunidades de vagas.

XIX- Prestar os serviços descritos em sua proposta, em conformidade com as especificações e nas condições previstas no Contrato;

XX- Zelar pela perfeita execução do contrato, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo a ser fixado pela contratada, quando da constatação da falha.

XXI- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

XXII- Manter escritório no Município do Recife, para solução de problemas referentes ao contrato e garantindo o atendimento à clientela de estagiários, compatível com os quantitativos definidos neste Termo de Referência.

XXIII- Atender prontamente quaisquer exigências solicitadas, inclusive prestar esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam o objeto da contratação ou a CONTRATADA;

XXIV- Acatar as orientações da contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

XXV- Relocar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE ou pelo estagiário, o estudante cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina.

XXVI- Discutir previamente com o CONTRATANTE a sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como qualquer alteração que se torne necessária;

XXVII- Apresentar mensalmente, até o décimo dia do mês, a lista dos estagiários aptos a receberem os valores das bolsas devidas no período (Prévia da Folha de Pagamento).

XXVIII- O relatório da folha de pagamento gerada deverá constar o CPF, vigência do contrato, nome, valores da bolsa e do auxílio transporte dos estagiários ativos no período e enviar ao CONTRATANTE, com os dados bancários para fins de depósito.

XXIX- O CONTRATANTE analisará até o décimo quinto dia do mês, ratificando ou retificando as informações.

XXX- A CONTRATADA deverá emitir até o vigésimo dia do mês a Folha de Pagamento e a Nota Fiscal/Fatura.

XXXI- O referido documento deverá constar de valores devidos e dados dos beneficiados, juntamente com:

a) Nota Fiscal/Fatura;

b) Comprovante de pagamento das bolsas e do repasse do auxílio-transporte aos estagiários contratados, referentes ao mês anterior;

XXXII- Efetuar, mensalmente, o repasse/pagamento da bolsa do estágio e auxílio transporte, de forma que o valor esteja disponível na conta corrente do estagiário no prazo máximo de 03(três) dias úteis, contados da transferência.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

de recursos destinados para este fim, comprovando-se o efetivo pagamento, em igual prazo, junto aos órgãos e entidades aderentes ao registro de preços, com cópia para o CONTRATANTE.

XXXIII- Quando o estagiário, recém-contratado, não possuir conta bancária de sua titularidade, a CONTRATADA deverá realizar o primeiro pagamento da bolsa ao estagiário através de Ordem de Pagamento mediante a apresentação do comprovante do Cadastro de Pessoa Física (CPF), possibilitando ao estagiário o tempo exequível para abertura e regularização de conta bancária pessoal.

XXXIV- Ministrar treinamento introdutório para os novos estagiários do Contratante juntamente com o Setor de Estágio.

XXXV- Realizar por iniciativa própria ou por solicitação da CONTRATANTE, capacitação/qualificação dos estagiários, sem ônus para a Administração.

XXXVI- Recrutar estudantes dos níveis médio/técnico e superior, especial, candidatos a estágio, mediante solicitação do órgão ou entidades atendida pela contratada.

XXXVII- Recrutar, pré-selecionar e encaminhar os estudantes candidatos a estágio, de acordo com as condições estabelecidas pelo CONTRATANTE, tendo em vista as áreas de interesse do CONTRATANTE, para se dedicarem às atividades relacionadas com os respectivos cursos, na proporção de no mínimo 3/1 (três candidatos por vaga);

XXXVIII- Firmar convênio com outras Instituições de Ensino por solicitação da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura do Recife ou CONTRATANTE;

XXXIX- Manter convênios ou outros instrumentos jurídicos específicos com as Instituições de Ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio dos estudantes;

XL- Articular-se com instituições de ensino, indicando-lhes as possibilidades de estágio (áreas, número de vagas e unidade onde se realizará o estágio), adotando com presteza os procedimentos administrativos para contratação do estagiário;

XLI- Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino com as disponibilidades do CONTRATANTE, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere;

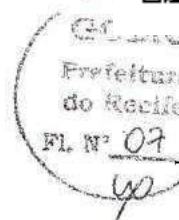
XLII- Acompanhar o estágio junto às instituições de ensino, verificando se o estudante mantém sua frequência mínima.

XLIII- Acompanhar a realização do estágio junto ao CONTRATANTE, subsidiando as respectivas instituições de ensino com as informações pertinentes.

XLIV- Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, sempre que informada pela instituição de ensino, qualquer irregularidade constatada na situação escolar dos estagiários, bem como a conclusão ou interrupção do curso realizado pelo estagiário na instituição de ensino, para posterior rescisão do Termo de Compromisso de Estágios.

XLV- Contratar seguro contra Acidentes Pessoais em favor do estagiário, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágios o número da apólice na qual o estagiário estará incluído e o nome da companhia seguradora.

XLVI- Preparar toda a documentação do acordo de cooperação entre a instituição de ensino e estudante.



**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS**

XLVII- Comunicar por escrito a conclusão ou interrupção do curso realizado pelo estagiário na instituição de ensino, sempre que informado pela mesma, para posterior rescisão do termo de compromisso.

XLVIII- Realizar a supervisão administrativa periódica dos estagiários que exercem funções no contratante, preferencialmente dos que estiverem em fase de conclusão de curso, contando para tanto com a cooperação do orientador do CONTRATANTE;

XLIX - Lavrar Termo de Compromisso de Estágios, a ser assinado pela CONTRATADA, pela instituição de ensino, pelo CONTRATANTE e pelo estagiário e, quando menor de 18 anos, por seu responsável legal, observando-se as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;

L- No ato da contratação, orientar o estudante sobre os aspectos legais e técnicos do estágio e a relação do estagiário com o CONTRATANTE;

LI- Realizar palestras para os estagiários, estimamos a necessidade de trabalharmos quatro temas por ano, a cada três meses, devendo acontecer em dois turnos, sendo assim, mensuramos quatro temas e oito palestras (mesma temática abordada em dois turnos). Ressaltamos que a proposta acima, trata-se de uma perspectiva, ou seja, o intervalo entre uma palestra e outra poderá ser negociado dentro da necessidade do Setor de Estágio Corporativo da PCR. Quanto à carga horária, manteremos mínimo de duas horas e máximo de quatro horas por palestra.

LII- Enviar ao CONTRATANTE relatório mensal com a relação de estagiários cujo prazo de duração máxima dos estágios irá vencer nos próximos 03(três) meses;

LIII- Providenciar a renovação, desligamento ou substituição do estagiário mediante solicitação do órgão ou entidade atendida pela contratada;

LIV- Viabilizar a abertura de conta-corrente, pelo estagiário, numa das agências da instituição bancária ou similar;

LV- Verificar e responsabilizar-se, no momento da contratação por todos os contratos de estagiários que ainda estejam possuindo Termo de Compromisso de Estágios vigentes e firmados com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;

LVI- Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, representante para atuar como interlocutor a fim de representá-la administrativamente nos assuntos afetos à execução do objeto do contrato, devendo ser indicado mediante declaração, na qual deverão constar seus dados, tais como: nome completo, número de identidade e CPF, endereço, telefone residencial e número de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros;

LVII- Instruir seu representante quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, atendendo imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

LVIII- Elaborar o Relatório Semestral de Atividades de Estágio, conforme inciso IV do Art. 7º da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, com, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação do Estagiário;
- b) Período avaliado;
- c) Vigência do Estágio

Cais do Apolo, 925 Recife Pernambuco CEP: 50.030-903
Fone: (81) 3355-8577 www.recife.pe.gov.br



**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS**

- d) Identificação do CONTRATANTE;
- e) Identificação do Supervisor do Estágio;
- f) Identificação do Orientador de Estágio/Coordenador do Curso;
- g) Unidade de Lotação do Estagiário;
- h) Horário do Estágio;
- i) Descrição das Atividades do Estágio;
- j) Desenvolvimento do Estágio;
- l) Mensuração da relação entre o conhecimento teórico recebido na Instituição de Ensino e a aplicabilidade no estágio;
- m) Mensuração da percepção dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas no estágio;
- n) Cumprimento das atividades e demais obrigações previstas no Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Atividades;
- o) Avaliação da Supervisão do Estágio;
- p) Identificação das atividades importantes e novos conhecimentos adquiridos no período do estágio;
- q) Avaliação do ambiente e da estrutura do local do estágio;
- r) Avaliação da Supervisão referente ao cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio, das atividades desenvolvidas e do desempenho do estagiário;
- s) Outros pontos a serem avaliados, por interesse da CONTRATANTE.

LIX- Executar o contrato dentro dos prazos e condições estabelecidas no termo de referência e no contrato.

LX- Os serviços prestados obedecerão a rotinas estabelecidas pela CONTRATANTE.

LXI- Arcar com todas as despesas, custos ou obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhistas, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, no que se relacionem com os serviços ora contratados, inclusive no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;

LXII- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

LXIII- Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

LXIV- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

LXV- Manter, durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

LXVI- Não executar alteração ou acréscimo de quantitativos sem a competente autorização escrita da CONTRATANTE, através de termo aditivo.

LXVII- Designar por escrito, prepostos aceitos pela Administração, durante o período de vigência do contrato, nas dependências dos órgãos/entidades para representá-la administrativamente sempre que for necessário e, ainda, para

Cais do Apolo, 925 Recife Pernambuco CEP: 50.030-903
Fone: (81) 3355-8577 www.recife.pe.gov.br



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

atenderem aos profissionais alocados nos postos de trabalho, tais como: entrega de contracheques, assinatura de folha de ponto, e outras responsabilidades, conforme consignado neste Termo de Referência e que tenha capacidade para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações da CONTRATANTE.

LXVIII- A CONTRATADA não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços, objeto do contrato.

XVII - Demais obrigações estão contidas no Termo de Referência anexo ao edital.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA - A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, produzindo seus efeitos após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

Parágrafo Único - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA SÉTIMA - Os preços registrados, a especificação dos produtos/serviços, os quantitativos, as marcas, a empresa fornecedora e o nome do representante legal são os constantes do Anexo I desta Ata.

Parágrafo Primeiro - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens/serviços registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

Parágrafo Segundo - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Gerência de Compras deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

Parágrafo Terceiro - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o município do Recife poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado - equação econômico-financeira.

Parágrafo Quinto - As alterações de preços oriundas da revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial do Município.



**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS**

Parágrafo Sexto – Esta Ata de Registros de Preços e os contratos decorrentes poderão ser alterados qualitativamente, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §4º, do Decreto Municipal nº 27.070/2013.

Parágrafo Sétimo – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º, do Decreto Municipal nº 27.070/2013.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA OITAVA – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada na hipótese da ocorrência de uma ou mais das situações previstas no artigo 20 do Decreto Municipal nº 27.070 de 10 de maio de 2013, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 9.520, de 2002.

Parágrafo Primeiro – O cancelamento do registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV desta cláusula, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Terceiro – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado.

Parágrafo Quarto – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município do Recife, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo Sexto – Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o Município do Recife poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cais do Apoio, 925 - Recife Pernambuco CEP: 50.030-903
Fone: (81) 3355-8577 www.recife.pe.gov.br



CO...
Prefeitura
do Recife
Fl. N° 11
48



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

CLÁUSULA NONA - A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Parágrafo Segundo - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Parágrafo Terceiro - As adesões à ata, eventualmente realizadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Parágrafo Quarto - Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

DO REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS DOS ITENS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA - Nas atas de registro de preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.

Parágrafo Primeiro - O remanejamento de que trata essa cláusula somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.

Parágrafo Segundo - No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, deverão ser observados os limites previstos nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula nona.

Parágrafo Terceiro - Para efeito do disposto nessa cláusula, caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

Parágrafo Quarto - A Administração Pública Municipal poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização dos disposto neste subitem e automatizar procedimentos de controle e gerenciamento dos atos dos órgãos e entidades envolvidas.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

Parágrafo Quinto - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos de Estados ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

- I- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- II- Os serviços serão atestados como realizados definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de cada execução diária continuada, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- III- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- IV- O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelas penalidades resultantes da incorreta execução do contrato.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O Pagamento deverá ser efetuado mensalmente à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Gestor Fiscal do Contrato.

CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura dos serviços, as petições de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

Em anexo à Nota Fiscal/Fatura, deverá ser indicado o nome do Banco, número da agência e conta corrente para ser creditado o valor relativo ao pagamento constante daquele documento.

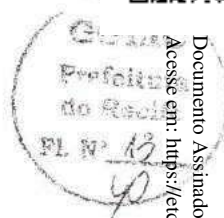
Ocorrendo atraso no pagamento, verificado por culpa exclusiva da CONTRATANTE, haverá incidência de atualização monetária e juros de mora sobre o valor devido, desde a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização, com base na variação acumulada do IPCA-IBGE e no percentual de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Na hipótese de incidência de encargos por atraso nos pagamentos devidos, na forma do item anterior, os fatos devem ser instruídos com as justificativas correspondentes, a serem avaliados pela autoridade competente. Não verificará se é o caso de apuração de responsabilidades para imputação de penalidades a quem deu causa ao atraso.

Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa penalizada com multa, após o trânsito em julgado da penalidade no processo administrativo, sem que haja sido recolhido o valor da multa devida ou deduzido do valor a pagar.

A CONTRATANTE efetuará as retenções tributárias obrigatórias.

Cais do Apelo, 925 Recife Pernambuco CEP: 50.030-903
Fone: (81) 3355-8577 www.recife.pe.gov.br



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

Serão descontadas as faltas não justificadas do estagiário bem como o valor do auxílio transporte durante as férias do estagiário.

PARÁGRAFO OITAVO: Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

PARÁGRAFO NONO: É indispensável para a liberação do respectivo pagamento a aceitação dos serviços, através do atesto na Nota Fiscal/Fatura.

PARÁGRAFO DÉCIMO: No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá(ão) ser informado(s) o(s) número(s) da(s) nota(s) de empenho(s) correspondente(s).

AS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a ampla defesa:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na entrega do objeto, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 15,0 % (quinze por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso no período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) impedimento de licitar com o Município e descredenciamento do sistema municipal de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma do edital da lei, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002

e.1) Na hipótese de se lhe aplicar a penalidade do art. 87º, III da Lei nº 8.666/1993, o prazo desta sanção será de até 2 (dois) anos.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87º, IV da Lei nº 8.666/1993, acarretando o cancelamento da inscrição do Certificado de Habilitação de Firms, no Setor de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Município do Recife;

Parágrafo Primeiro - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado do pagamentos eventualmente devidos pelo município do Recife ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo Terceiro - As sanções previstas nos itens "c" e "d" desta cláusula também poderão ser aplicadas ao fornecedor que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Parágrafo Quarto - Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) causar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

Parágrafo Quinto - Com referência à sanção de que trata a alínea "b" do subitem desta cláusula, decorrido o prazo de defesa sem que o fornecedor se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado e recolher no erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

Parágrafo Sexto - Uma vez recolhida a multa de que trata a alínea "b" do subitem desta cláusula, é na hipótese de vir o fornecedor a lograr êxito em recurso que apresentar, o contratante devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preço, por parte do fornecedor, assegurará ao MUNICÍPIO DO RECIFE o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

Cais do Apolo, 925 Recife Pernambuco CEP: 50.030-903
Fone: (81) 3355-8577 www.recife.pe.gov.br



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão da contratação:

a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao MUNICÍPIO DO RECIFE;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do MUNICÍPIO DO RECIFE;

Parágrafo Único - Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Ao MUNICÍPIO DO RECIFE é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DA PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O(a) FORNECEDOR(a) autoriza o acesso irrestrito da Administração às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução do contrato, incluindo as informações fiscais e bancárias dos signatários do contrato, nos termos da Lei Municipal nº 7.765/12.

PARÁGRAFO ÚNICO - As informações obtidas em conformidade ao disposto nesta cláusula serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

DA LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A presente instrumento ata é decorrente do Processo Licitatório nº 012/2018 Pregão Eletrônico nº 012/2018, homologado pela Autoridade Competente da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas em 24 de julho de 2018.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O recurso alocado para a realização do objeto desta ata será oriundo da dotação(ões) orçamentária(s) do órgão gerenciador e dos órgãos participantes.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata do Registro de Preços.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Município, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Fica desde já, declarado pelas partes, com base no § 2º, do art. 55 da Lei nº 8.666/93, o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução deste Contrato.

Parágrafo Único: E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, ficando registrado em livro próprio da Secretaria de Assuntos Jurídicos, conforme dispõe o artigo 66 da Lei nº 8.666/1993.

Recife, 25 de julho de 2018.

CARLOS EDUARDO MUNIZ PACHECO
Secretário Executivo de Administração e Gestão de Pessoas

[Assinatura]
SUPER ESTÁGIOS LTDA - EPP
Poliana Modenesi Ferraz

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____

CPE/MF nº. _____

CPE/MF nº. _____



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS-CPLS

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 019/2018, celebrada entre o Município do Recife e a empresa: SUPER ESTÁGIOS LTDA - EPP- cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 012/2018 - CPLS

EMPRESA: SUPER ESTAGIOS LTDA - EPP								FONE/FAX: 27-3189-9544		
CNPJ: 11.320.576/0001-52								E-MAIL: rio@superestagios.com.br		
END: Praia do Flamengo, nº 36- Edif. Flamengo Park Tower, bloco b, sala 617 - B Rio de Janeiro/RJ										
REPRESENTANTE LEGAL: Poliana Modenesi Ferraz										
lote	item	cadus	Descrição dos serviços	qtde	bolsa	Taxa adm	Aux. transp.	Valor Unit. total	Valor Mensal	Valor Anual
				(a)	(b)	(c)	(d)	(e)= (b)+(c)-(d)	(e)X(6)	(f)X(12)
02	02	365	Agenciamento e Intermediação de Estágios - Nível Superior	1574	R\$ 350,00	R\$ 17,38 26	R\$ 77,00	R\$ 444,3825	R\$ 699,458,2124	R\$ 8393,4 98,5488
VALOR TOTAL								R\$ 8393,4 98,5488		



A GESTORA DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DO PARANÁ E EMPREGADA CONSTANTEMENTE C/ 1979, 1978 E 1977 MANUTENÇÃO LTDA ME (CNPJ Nº 08.581.480/0001-34) E C/ 1976, 1975, 1974, 1973, 1972, 1971, 1970, 1969, 1968, 1967, 1966, 1965, 1964, 1963, 1962, 1961, 1960, 1959, 1958, 1957, 1956, 1955, 1954, 1953, 1952, 1951, 1950, 1949, 1948, 1947, 1946, 1945, 1944, 1943, 1942, 1941, 1940, 1939, 1938, 1937, 1936, 1935, 1934, 1933, 1932, 1931, 1930, 1929, 1928, 1927, 1926, 1925, 1924, 1923, 1922, 1921, 1920, 1919, 1918, 1917, 1916, 1915, 1914, 1913, 1912, 1911, 1910, 1909, 1908, 1907, 1906, 1905, 1904, 1903, 1902, 1901, 1900, 1899, 1898, 1897, 1896, 1895, 1894, 1893, 1892, 1891, 1890, 1889, 1888, 1887, 1886, 1885, 1884, 1883, 1882, 1881, 1880, 1879, 1878, 1877, 1876, 1875, 1874, 1873, 1872, 1871, 1870, 1869, 1868, 1867, 1866, 1865, 1864, 1863, 1862, 1861, 1860, 1859, 1858, 1857, 1856, 1855, 1854, 1853, 1852, 1851, 1850, 1849, 1848, 1847, 1846, 1845, 1844, 1843, 1842, 1841, 1840, 1839, 1838, 1837, 1836, 1835, 1834, 1833, 1832, 1831, 1830, 1829, 1828, 1827, 1826, 1825, 1824, 1823, 1822, 1821, 1820, 1819, 1818, 1817, 1816, 1815, 1814, 1813, 1812, 1811, 1810, 1809, 1808, 1807, 1806, 1805, 1804, 1803, 1802, 1801, 1800, 1799, 1798, 1797, 1796, 1795, 1794, 1793, 1792, 1791, 1790, 1789, 1788, 1787, 1786, 1785, 1784, 1783, 1782, 1781, 1780, 1779, 1778, 1777, 1776, 1775, 1774, 1773, 1772, 1771, 1770, 1769, 1768, 1767, 1766, 1765, 1764, 1763, 1762, 1761, 1760, 1759, 1758, 1757, 1756, 1755, 1754, 1753, 1752, 1751, 1750, 1749, 1748, 1747, 1746, 1745, 1744, 1743, 1742, 1741, 1740, 1739, 1738, 1737, 1736, 1735, 1734, 1733, 1732, 1731, 1730, 1729, 1728, 1727, 1726, 1725, 1724, 1723, 1722, 1721, 1720, 1719, 1718, 1717, 1716, 1715, 1714, 1713, 1712, 1711, 1710, 1709, 1708, 1707, 1706, 1705, 1704, 1703, 1702, 1701, 1700, 1699, 1698, 1697, 1696, 1695, 1694, 1693, 1692, 1691, 1690, 1689, 1688, 1687, 1686, 1685, 1684, 1683, 1682, 1681, 1680, 1679, 1678, 1677, 1676, 1675, 1674, 1673, 1672, 1671, 1670, 1669, 1668, 1667, 1666, 1665, 1664, 1663, 1662, 1661, 1660, 1659, 1658, 1657, 1656, 1655, 1654, 1653, 1652, 1651, 1650, 1649, 1648, 1647, 1646, 1645, 1644, 1643, 1642, 1641, 1640, 1639, 1638, 1637, 1636, 1635, 1634, 1633, 1632, 1631, 1630, 1629, 1628, 1627, 1626, 1625, 1624, 1623, 1622, 1621, 1620, 1619, 1618, 1617, 1616, 1615, 1614, 1613, 1612, 1611, 1610, 1609, 1608, 1607, 1606, 1605, 1604, 1603, 1602, 1601, 1600, 1599, 1598, 1597, 1596, 1595, 1594, 1593, 1592, 1591, 1590, 1589, 1588, 1587, 1586, 1585, 1584, 1583, 1582, 1581, 1580, 1579, 1578, 1577, 1576, 1575, 1574, 1573, 1572, 1571, 1570, 1569, 1568, 1567, 1566, 1565, 1564, 1563, 1562, 1561, 1560, 1559, 1558, 1557, 1556, 1555, 1554, 1553, 1552, 1551, 1550, 1549, 1548, 1547, 1546, 1545, 1544, 1543, 1542, 1541, 1540, 1539, 1538, 1537, 1536, 1535, 1534, 1533, 1532, 1531, 1530, 1529, 1528, 1527, 1526, 1525, 1524, 1523, 1522, 1521, 1520, 1519, 1518, 1517, 1516, 1515, 1514, 1513, 1512, 1511, 1510, 1509, 1508, 1507, 1506, 1505, 1504, 1503, 1502, 1501, 1500, 1499, 1498, 1497, 1496, 1495, 1494, 1493, 1492, 1491, 1490, 1489, 1488, 1487, 1486, 1485, 1484, 1483, 1482, 1481, 1480, 1479, 1478, 1477, 1476, 1475, 1474, 1473, 1472, 1471, 1470, 1469, 1468, 1467, 1466, 1465, 1464, 1463, 1462, 1461, 1460, 1459, 1458, 1457, 1456, 1455, 1454, 1453, 1452, 1451, 1450, 1449, 1448, 1447, 1446, 1445, 1444, 1443, 1442, 1441, 1440, 1439, 1438, 1437, 1436, 1435, 1434, 1433, 1432, 1431, 1430, 1429, 1428, 1427, 1426, 1425, 1424, 1423, 1422, 1421, 1420, 1419, 1418, 1417, 1416, 1415, 1414, 1413, 1412, 1411, 1410, 1409, 1408, 1407, 1406, 1405, 1404, 1403, 1402, 1401, 1400, 1399, 1398, 1397, 1396, 1395, 1394, 1393, 1392, 1391, 1390, 1389, 1388, 1387, 1386, 1385, 1384, 1383, 1382, 1381, 1380, 1379, 1378, 1377, 1376, 1375, 1374, 1373, 1372, 1371, 1370, 1369, 1368, 1367, 1366, 1365, 1364, 1363, 1362, 1361, 1360, 1359, 1358, 1357, 1356, 1355, 1354, 1353, 1352, 1351, 1350, 1349, 1348, 1347, 1346, 1345, 1344, 1343, 1342, 1341, 1340, 1339, 1338, 1337, 1336, 1335, 1334, 1333, 1332, 1331, 1330, 1329, 1328, 1327, 1326, 1325, 1324, 1323, 1322, 1321, 1320, 1319, 1318, 1317, 1316, 1315, 1314, 1313, 1312, 1311, 1310, 1309, 1308,



EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
1ª ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003 /2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2018

SUORTE DE
ADMINISTRAÇÃO
GERENCIAL LTDA



Emprel



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018

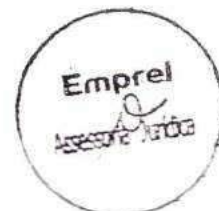
Interessado: EMPREL

Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, na **EMPREL** - Empresa Municipal de Informática, situada à Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões, Recife - PE, reuniram-se, o seu Presidente, Sr. **EUGÊNIO JOSÉ BATISTA ANTUNES**, brasileiro, casado, Analista de Aistemas, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.151.904-63, portador da Cédula de Identidade nº 2.563.914-SDS/PE e o Diretor de Soluções de Tecnologia da Informação, Sr. **ROGÉRIO AGUIAR COELHO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, Analista de Informática, inscrito no CPF/MF sob o nº 397.739.064-34, portador da Cédula de Identidade nº 2.001.537 - SDS/PE e a Empresa **SUPORTE DE ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL LTDA**, com sede à Rua Domingos José Martins, 75 - Sala/106, Recife Antigo - Recife/PE - CEP: 50.030-200, inscrito no CNPJ sob o nº 07.091.063/0001-40, neste ato representada pela a Sra. **VÂNIA MARIA DE ARAÚJO SILVA**, brasileira, Empresária, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº. 578.254.754-53, portadora da Cédula de Identidade nº 584.161-SDS/PE, para proceder, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decretos Federais nºs 3.555/2000, 3.931/2001 e Decretos Municipais nºs 19.205/2002, 19.789/2003, 20.573/2004, 23.127/2007 e do Edital da 1ª **Alteração do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2018**, a contratação de pessoa jurídica especializada com o objetivo de fornecer uma Solução para Digitalização e Controle Eletrônico de Documentos, a ser composta por um Software de Gestão Eletrônica de Documentos e Processos com respectivas licenças de uso e serviços associados (suporte técnico, manutenção, atualização e implantação), bem como a prestação dos serviços de digitalização (preparação, captura das imagens, indexação, validação, remontagem e armazenamento/gestão arquivística) e microfilmagem eletrônica de documentos, serviços de locação de equipamentos, serviços de fornecimento/renovação de certificação digital e serviços de gestão de processos, de acordo com as condições, especificações e quantitativos, descritos no Anexo II - Termo de Referência do Edital, pelo período de até 12 (doze) meses. Abaixo descritos os valores homologados em nome da **SUPORTE ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL LTDA.**

EMPREL - Empresa Municipal de Informática

Rua 21 de Abril, 3370 - Torrões - Recife/PE Telefone: (81) 3355.7000 CEP: 50761-350

www.emprel.gov.br





Emprel



LOTE ÚNICO

	UNIDADE DE COMPRA	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
1.1	Software de Gestão Eletrônica de Documentos e Processos					
1.1.1	Licenças de Uso Simultâneas: Perfil Administrador (05 unidades) e Perfil Apoio (Ilimitadas) e Perfil Consultas (Ilimitadas).	Licença	1	250.000,00		250.000,00
1.1.2	Serviços de Suporte técnico (24x7, 12 meses), manutenção e atualização das licenças.	Anuidade	1	11.000,00	11.000,00	132.000,00
1.1.3	Pacote de Implantação					
1.1.3.1	Serviço de Implantação do Software de Gestão Eletrônica de Documentos e Processos no Ambiente Operacional	Unidade	1	43.000,00		43.000,00
1.1.3.2	Serviço de Implantação dos Módulos Funcionais do Sistema (licitação, parametrização e capacitação)	Hora/Técnica	230	240,00		55.200,00
2.2	Serviços de Digitalização e Microfilmagem					
2.2.1	Serviço de Digitalização de Documentos até A3					
2.2.1.1	Serviços de Preparação de Documentos até A3	Milheiro/Mês	370	0,04	14.800,00	177.600,00
2.2.1.2	Serviços de Digitalização por Imagem Produzida de Documentos até A3	Milheiro/Mês	370	0,14	51.800,00	621.600,00
2.2.1.3	Serviços de Indexação por Imagem Produzida de Documentos até A3	Milheiro/Mês	370	0,05	18.500,00	222.000,00
2.2.1.4	Serviços de Validação por Imagem Produzida de Documentos até A3	Milheiro/Mês	370	0,05	18.500,00	222.000,00
2.2.1.5	Serviço de Remontagem por Imagem Produzida de Documentos até A3	Milheiro/Mês	370	0,04	14.800,00	177.600,00
2.2.1.6	Serviço de Armazenamento/Gestão Arquivística por Imagem Produzida de Documentos até A3	Milheiro/Mês	370	0,04	14.800,00	177.600,00

